



CENTRO UNIVERSITÁRIO FAEMA - UNIFAEMA
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO

ANAIS

JORNADA
EXTENSIONISTA
unifaema

ARIQUEMES - 2025



CENTRO UNIVERSITÁRIO FAEMA - UNIFAEMA
PRÓ-REITORIA DE PÓS GRADUAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO

ANAIS DA II JORNADA EXTENSIONISTA UNIFAEMA
CONECTANDO SABERES

Ariquemes, RO

2025

Atribuição Não Comercial 4.0 Internacional.

Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons. Desde que citada a fonte, para fins de estudo e pesquisa, autorizamos a reprodução e divulgação deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico

Os artigos assinados nesta publicação, assim como a revisão textual e o uso adequado das Normas de formatação da ABNT, são de inteira responsabilidade dos seus autores.



FICHA CATALOGRÁFICA **Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**

C397a Centro Universitário Faema – Unifaema.

Anais da II Jornada Extensionista Unifaema: conectando saberes [recurso eletrônico]/ Centro Universitário Faema – Unifaema.- 2.ed. – Ariquemes: Editora Unifaema, 2025.

79 f.

Inclui Bibliografia

ISBN: 978-65-984435-4-2

1. Educação. 2. Educação Superior. 3. Graduação. 4. Atividade Extensionista.
5. Resumo Simples. I. Título.

CDD 378.6
CDU 378.6

Bibliotecária Responsável
Poliane de Azevedo
CRB 1161/11

CENTRO UNIVERSITÁRIO FAEMA – UNIFAEMA

Reitor

Airton Leite Costa

Vice-Reitor

Hudson Carlos Avancini Persch

Pró-Reitor Acadêmico

Weslei Gonçalves Borges

Pró-Reitora de Pós-Graduação Pesquisa e Extensão

Joani Paulus Covaleski

EDITORAÇÃO DA PUBLICAÇÃO

Organizadores

Joani Paulus Covaleski

Cleiciainara Bagio Lovo

Estrutura e edição

Joani Paulus Covaleski

Cleiciainara Bagio Lovo

Roemir Peres Machado Moreira

Isabelle da Silva Souza

Poliane de Azevedo

Revisão de texto, capa e imagens

Comissão organizadora

COMISSÃO CIENTÍFICA

Adriana Ema Nogueira

Alisson Paulineli Bem Silva

Cleidiane dos Santos Orssatto

Cleidenice dos Santos Orssatto

Elis Milena Ferreira do Carmo Ramos

Helio Ferreira de Castro Neto

Jailson Ferreira

Keila de Assis Vitorino

Katiuscia Carvalho de Santana

Roemir Peres Machado Moreira

Sheiliane Santos do Nascimento

Taline Canto Tristão

Thyago Vinicius Marques Oliveira

Yesica Nunez Pumariega

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	7
O IMPACTO DAS NOVAS TECNOLOGIAS NAS FINANÇAS PESSOAIS: COMO OS BANCOS DIGITAIS E APLICATIVOS DE GERENCIAMENTO FINANCEIRO ESTÃO INFLUENCIANDO O COMPORTAMENTO FINANCEIRO DAS PESSOAS.....	8
A RESPONSABILIDADE DAS MARCAS DE MODA PELA UTILIZAÇÃO DE TRABALHO ESCRAVO EM SUAS CADEIAS PRODUTIVAS: UM ENFOQUE JURÍDICO À LUZ DA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA	10
O DIREITO DE ARREPENDIMENTO NO E-COMMERCE E OS CONFLITOS NA DEVOLUÇÃO DE PRODUTOS PERSONALIZADOS	12
TOMADA DE DECISÃO E EFICIÊNCIA NO SETOR PÚBLICO: UMA ANÁLISE DA GESTÃO DOS RECURSOS	14
A ATUAÇÃO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL COMO LEGISLADOR POSITIVO À LUZ DA SEPARAÇÃO DOS PODERES E DOS LIMITES CONSTITUCIONAIS	16
DANO MORAL E CRIMINALIZAÇÃO DO DISCURSO DE ÓDIO NAS REDES SOCIAIS: OS LIMITES DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO E A PROTEÇÃO À DIGNIDADE HUMANA	18
OVERSHARENTING: A SUPEREXPOSIÇÃO DA IMAGEM DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES E SEUS IMPACTOS JURÍDICOS, PSICOLÓGICOS E SOCIAIS	20
O USO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL GENERATIVA PARA A CRIAÇÃO DE ARTE: O CASO DO ESTÚDIO GHIBLI E A (IN)COMPATIBILIDADE COM AS LEIS DE PROTEÇÃO À PROPRIEDADE INTELECTUAL E DE IMAGEM	22
CORRESPONSABILIDADE ALIMENTAR EM CASO DE MULTIPARENTALIDADE UMA ANÁLISE DO CÓDIGO CIVIL	24
ENGENHARIA CIVIL INSTRUÇÕES TÉCNICAS DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE RONDÔNIA: DESAFIOS NA APLICAÇÃO PARA ELABORAÇÃO DO PPCIP	26
A HUMANIZAÇÃO DA GESTÃO: CONTRIBUIÇÕES DA TEORIA DAS RELAÇÕES HUMANAS PARA O AMBIENTE ORGANIZACIONAL.....	28
ENFERMAGEM EXCLUSÃO SOCIAL ASSOCIADA AO ESTIGMA DA HANSENÍASE.....	30
A ESCUTA QUALIFICADA COMO FERRAMENTA ESSENCIAL NO CUIDADO DE ENFERMAGEM	32
A PRÁXIS PEDAGÓGICA EM ESCOLA DE CAMPO: DESAFIOS E POTENCIALIDADES.....	34
SAÚDE MENTAL DOS ESTUDANTES DE ENFERMAGEM: DESAFIOS ACADÊMICOS E IMPACTOS EMOCIONAIS.....	36
VISIBILIZANDO A DOR DO IMPACTO FRENTE AO DIAGNÓSTICO DE HANSENÍASE EM MENORES DE 15 ANOS.....	38
DIREITOS SEXUAIS, REPRODUTIVOS E MÉTODOS CONTRACEPTIVOS	40
O IMPACTO DA SÍNDROME DE BURNOUT NA ATUAÇÃO DO ENFERMEIRO EM SERVIÇOS DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA	42

PREVENÇÃO COMBINADA E A CONSCIÊNCIA DO AUTOCUIDADO: UM CAMINHO INTEGRADO PARA A SAÚDE.....	44
FARMÁCIA ASPERGILOSE: ASPECTOS CLÍNICOS E EPIDEMIOLÓGICOS	46
AVANÇOS NO DIAGNÓSTICO DA PNEUMONIA POR PNEUMOCYSTIS JIROVECHII: DESAFIOS ATUAIS.....	48
MURCOMICOSE: UMA INFECÇÃO OPORTUNISTA GRAVE E EMERGENTE.....	50
CONTROLE DE QUALIDADE EM COMPRIMIDOS DE HIDROCLOROTIAZIDA: ASPECTOS E APLICAÇÕES DE ENSAIOS DE RESISTÊNCIA MECÂNICA.....	52
PARACOCCIDIOIDOMICOSE: IDENTIFICAÇÃO MICROSCÓPICA, DIAGNÓSTICO LABORATORIAL E ABORDAGEM TERAPÊUTICA DA INFECÇÃO POR PARACOCCIDIOIDES BRASILIENSIS.....	54
IMPORTÂNCIA DA CULTURA HEMATOLÓGICA PARA O DIAGNÓSTICO DE FUSARIOSE EM PACIENTES IMUNOSSUPRIMIDOS.....	56
DERMATOFITOSSES EM FOCO: PREVALÊNCIA, DIAGNÓSTICO E TRATAMENTO EFICAZ.....	58
ONICOMICOSE: A INFECÇÃO SILENCIOSA QUE COMPROMETE A SAÚDE DAS UNHAS – ETIOLOGIA, PATOGÊNESE E TRATAMENTO.....	60
PITIRÍASE VERSICOLOR: ASPECTOS CLÍNICOS, ETIOLÓGICOS E ABORDAGENS TERAPÊUTICAS.....	62
TEORIAS E FATORES DA APRENDIZAGEM: UM OLHAR INTEGRADO SOBRE O PROCESSO EDUCACIONAL.....	64
O PAPEL DA PSICOPEDAGOGIA NO ATENDIMENTO AO ALUNO AUTISTA: DESAFIOS E POSSIBILIDADES.....	66
INTERSEÇÕES PSICANALÍTICAS SOBRE O LUTO, DE FREUD A KLEIN.....	68
ESQUIZOFRENIA FEMININA: ROMPENDO AS BARREIRAS DO ESTIGMA E DA EXCLUSÃO	70
DERMATITE ATÓPICA E SOFRIMENTO PSICOLÓGICO: O IMPACTO DO ESTIGMA E A IMPORTÂNCIA DO CUIDADO EMOCIONAL.....	72
OS IMPACTOS DA ADULTIZAÇÃO PRECOCE NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA.....	74
A APRENDIZAGEM NA PSICOPEDAGOGIA SOB O OLHAR DA PSICANÁLISE DE MELANIE KLEIN.....	76
A INFLUÊNCIA DO VÍNCULO FAMILIAR NA APRENDIZAGEM SOB A PERSPECTIVA DA PSICOLOGIA.....	78

APRESENTAÇÃO

A presente edição dos Anais da II Jornada Extensionista Unifaema – II JEU – representa a materialização de reflexões, pesquisas e práticas desenvolvidas por docentes, acadêmicos e pesquisadores. Este volume reúne trabalhos que expressam a pluralidade de olhares e a riqueza do conhecimento produzido, reafirmando o compromisso do Centro Universitário FAEMA – UNIFAEMA com a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Cada trabalho aqui reunido traz um pedaço dessa diversidade de vozes e perspectivas. Alguns olhares são mais técnicos, outros carregam uma sensibilidade quase artesanal. Isso é importante destacar, porque a extensão universitária raramente se resume a números e tabelas — ela se faz de encontros, de tentativas, de erros e acertos que acabam moldando novas formas de pensar e agir.

Esses Anais não se propõem apenas a registrar. São também um convite a dialogar. Ao folheá-los, percebe-se como experiências cotidianas podem se transformar em reflexão crítica e, quem sabe, em propostas que ajudem a melhorar a vida das pessoas. E é justamente aí que a educação superior cumpre sua função social: quando conecta os saberes acadêmicos com as demandas que surgem no chão da realidade.

Este registro assume ainda maior relevância diante do compromisso institucional com o desenvolvimento regional sustentável, pautado nos princípios do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e nas diretrizes nacionais de avaliação e qualidade acadêmica. Assim, cada contribuição aqui apresentada reflete a busca pela excelência acadêmica e pela transformação do contexto em que estamos inseridos.

Desejamos que esta publicação seja fonte de inspiração e consulta para futuros trabalhos, fortalecendo o protagonismo dos sujeitos envolvidos e ampliando os horizontes do conhecimento.

Prof.^a Me. Joani Paulus Covaleski
Pró-Reitora de Pós-graduação, Pesquisa e Extensão

O IMPACTO DAS NOVAS TECNOLOGIAS NAS FINANÇAS PESSOAIS: COMO OS BANCOS DIGITAIS E APLICATIVOS DE GERENCIAMENTO FINANCEIRO ESTÃO INFLUENCIANDO O COMPORTAMENTO FINANCEIRO DAS PESSOAS

Érica Lages Xavier

Acadêmica de Ciências Contábeis, Centro Universitário FAEMA - UNIFAEMA,
e-mail: erica.47235@unifaema.edu.br.

Thyago Vinicius Marques Oliveira

Mestre, Docente, Centro Universitário FAEMA - UNIFAEMA,
e-mail: thyago.vinicius@unifaema.edu.br.

O presente estudo analisa o impacto das novas tecnologias digitais — como *fintechs*, bancos digitais, *mobile banking* e aplicativos de gerenciamento financeiro — sobre o comportamento financeiro dos brasileiros. As transformações recentes no setor financeiro têm promovido maior acessibilidade, comodidade e eficiência nos serviços bancários, modificando profundamente a forma como os indivíduos administram suas finanças pessoais. O objetivo da pesquisa é identificar e contextualizar as influências dessas inovações tecnológicas nas decisões financeiras cotidianas, considerando também os riscos envolvidos nesse novo cenário. A metodologia utilizada foi de natureza qualitativa, descritiva e bibliográfica, fundamentada na análise de trabalhos acadêmicos disponíveis em plataformas como Scielo, CAPES Periódicos e Google Acadêmico. A revisão de literatura abordou temas como finanças pessoais, endividamento, inadimplência, tecnologias financeiras e educação financeira. Os resultados evidenciam que, embora as tecnologias tenham contribuído para a democratização dos serviços bancários e a autonomia do usuário, sua utilização indiscriminada e sem o devido conhecimento pode acarretar consequências negativas, como o superendividamento, a inadimplência e a vulnerabilidade a fraudes digitais. O estudo destaca que a facilidade de acesso ao crédito por meio de canais digitais tem impulsionado o consumo, muitas vezes sem planejamento, o que contribui para o aumento do endividamento. Ademais, a ausência de uma base sólida em educação e alfabetização financeira torna os usuários mais suscetíveis a decisões financeiras inadequadas e à adesão a práticas de risco, como investimentos fraudulentos. Nesse contexto, a educação financeira é apresentada como um elemento crucial para o uso consciente das novas tecnologias e para o fortalecimento da cidadania financeira. Conclui-se que a relação entre tecnologia e finanças pessoais deve ser mediada pelo conhecimento. A atuação das *fintechs* e dos bancos digitais representa avanços importantes para o setor, porém exige um consumidor preparado para lidar com as facilidades e os desafios que esse novo ambiente impõe. O estudo recomenda que futuras pesquisas incorporem métodos quantitativos, como a aplicação de questionários, para avaliar a percepção dos usuários em relação ao uso dessas ferramentas tecnológicas e sua influência sobre o comportamento financeiro.

Palavras-chave: tecnologia financeira; finanças pessoais; educação financeira; bancos digitais.

Referências

SANTOS, Suzana Moreira dos; PINTO, Luciene de Sousa Conceição de Moura. **Ferramentas e métodos para se desenvolver um planejamento financeiro pessoal**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Administração) — Instituto Federal Goiano – Campus Campos Belos, Goiás, 2022.

SCHWANTZ, Adenes Sabino; WINCK, César Augustus. Educação e Alfabetização Financeira de Alunos de Graduação em uma IES Catarinense: FINANCIAL EDUCATION AND FINANCIAL LITERACY OF COLLEGE STUDENTS ON A SANTA CATARINA FEDERAL INSTITUTE. **Desenvolvimento em Questão**, [S. l.], v. 19, n. 56, p. 225–245, 2021.

SIEBEL, Daiana Clébia; ZDANOWICZ, José Eduardo. Endividamento pessoal mediante o uso do cartão de crédito pelos trabalhadores de uma indústria calçadista no município de Sapiiranga–RS. **Revista de Administração de Empresas Eletrônica – RAEE**, n. 10, p. 67-90, 2019.

SILVA, Bruno Araujo Bispo da; MONTEIRO, Jamir Mendes. Educação financeira: um estudo sobre a sua importância na gestão pessoal. **Research, Society and Development**, v. 12, n. 6, p. e16212642125, 2023.

A RESPONSABILIDADE DAS MARCAS DE MODA PELA UTILIZAÇÃO DE TRABALHO ESCRAVO EM SUAS CADEIAS PRODUTIVAS: UM ENFOQUE JURÍDICO À LUZ DA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA

Aline Fagundes Monteiro

Acadêmica de Direito, Centro Universitário FAEMA - UNIFAEMA,
e-mail: aline.33694@unifaema.edu.br.

Hudson Carlos Avancini Persch

Mestre em Direito, Centro Universitário FAEMA - UNIFAEMA,
e-mail: hudsonpersch@hotmail.com

O presente estudo aborda a responsabilização das marcas de moda em relação à utilização do trabalho escravo em suas redes produtivas, levando em consideração a legislação brasileira atual. A mão de obra escrava é uma questão complexa que se manifesta nas mais diversas formas, incluindo jornadas excessivas de trabalho, condições degradantes e explorações severas, que infelizmente estão presentes na indústria da moda, especialmente em países subdesenvolvidos como o Brasil (Tanji, 2016; Ferreira, 2018). O objetivo geral deste estudo é analisar como a legislação brasileira pode ser efetivamente aplicada na responsabilização das marcas que se beneficiam desse tipo de mão de obra. Já em relação aos objetivos específicos, a pesquisa busca identificar as práticas que comumente configuram o trabalho análogo à escravidão, analisar a frequente violação dos direitos trabalhistas e humanos e expor as obrigações legais das empresas em garantir condições dignas de trabalho para todos os seus colaboradores. A metodologia adotada é voltada a uma abordagem qualitativa e bibliográfica, com base em análises de livros e artigos científicos, bem como da legislação vigente no ordenamento jurídico pátrio (Ferreira, 2018). Essa estratégia de pesquisa revela que, apesar da existência de uma legislação robusta no Brasil — incluindo a Constituição Federal (Brasil, 1988), a Consolidação das Leis do Trabalho (Brasil, 1943) e a Lei nº 10.803/2003, que combate a escravidão moderna (Brasil, 2003) — falhas significativas perduram na fiscalização e na punição das grandes empresas que se utilizam da mão de obra do trabalho análogo à escravidão. Além disso, o presente estudo destaca que, tanto marcas *fast fashion*, quanto grandes marcas brasileiras de moda, não adotam práticas transparentes em suas cadeias produtivas e frequentemente ignoram as obrigações legais relacionadas às responsabilidades sociais corporativas (Cartacapital, 2024; Repórter Brasil, 2017). E uma vez ignorada, essa falta de comprometimento resulta em violação sistemática dos direitos dos trabalhadores envolvidos na produção (Tanji, 2016). Não obstante, a pesquisa também apontou a necessidade urgente de conscientização sobre o papel das marcas no combate ao trabalho escravo e na promoção do respeito aos direitos humanos (Ferreira, 2018). As considerações finais enfatizam a importância da responsabilidade social corporativa como um imperativo ético para as empresas do setor da moda, uma vez que é essencial que essas marcas adotem práticas transparentes e éticas, promovendo uma cultura de respeito aos direitos humanos e trabalhistas em toda a sua cadeia produtiva. Além disso, é de suma importância a atuação mais efetiva do Estado na fiscalização dessas práticas, bem como o fortalecimento das políticas públicas voltadas ao combate ao trabalho escravo (Brasil, 1988; Brasil, 2003). Em suma, o combate ao trabalho análogo à escravidão na indústria da moda exige um esforço conjunto entre governo, sociedade civil e empresas para garantir condições dignas de trabalho para todos. Somente por meio dessa colaboração será possível erradicar essa prática inaceitável e promover uma indústria mais justa e sustentável.

Palavras-chave: trabalho escravo; indústria da moda; responsabilidade das marcas; legislação brasileira; direitos trabalhistas.

Referências

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Consolidação das Leis do Trabalho**. Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Diário Oficial da União: seção 1, p. 11937, 9 ago. 1943.

BRASIL. Lei nº 10.803, de 11 de dezembro de 2003. Altera o art. 149 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para estabelecer penas ao crime de redução à condição análoga à de escravo. **Diário Oficial da União**: seção 1, p. 1, 12 dez. 2003.

CARTACAPITAL. **Índice de Transparência da Moda Brasil 2023 revela que marcas ignoram direitos trabalhistas**. 2024. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/indice-de-transparencia-da-moda-brasil-2023-revela-que-marcas-ignoram-direitos-trabalhistas/>. Acesso em: 14 abr. 2025.

FERREIRA, João Paulo. **Trabalho escravo na indústria da moda**. 2018. Monografia (Graduação em Direito) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/27870>. Acesso em: 14 abr. 2025.

REPÓRTER BRASIL. **Grifes de luxo são flagradas com trabalho escravo em SP**. 2017. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2017/05/grifes-de-luxo-sao-flagradas-com-trabalho-escravo-em-sp/>. Acesso em: 14 abr. 2025.

TANJI, Mariana. Exploração do trabalho escravo na indústria da moda: casos emblemáticos no Brasil. **Cadernos Jurídicos**, v. 1, n. 1, 2016. Disponível em: <https://www.fadi.br/revista/index.php/cadernosjuridicos/article/view/63>. Acesso em: 14 abr. 2025.

O DIREITO DE ARREPENDIMENTO NO E-COMMERCE E OS CONFLITOS NA DEVOLUÇÃO DE PRODUTOS PERSONALIZADOS

Matheus Siqueira da Silva

Graduando em Direito, Centro Universitário FAEMA - UNIFAEMA,
e-mail: matheus.48282@unifaema.edu.br

Hudson Carlos Avancini Persch

Mestre em Direito, Centro Universitário FAEMA - UNIFAEMA,
e-mail: hudsonpersch@gmail.com

O direito de arrependimento previsto no artigo 49 do Código de Defesa do Consumidor (CDC) é um instrumento essencial na proteção do consumidor nas compras realizadas fora do estabelecimento comercial, especialmente em plataformas digitais. Contudo, sua aplicação tem gerado controvérsias quando envolve produtos personalizados, os quais não podem ser reutilizados ou revendidos, o que causa insegurança jurídica nas relações de consumo. O presente artigo teve como objetivo analisar a aplicabilidade e os limites do direito de arrependimento em casos de devolução de produtos personalizados no e-commerce. Como objetivos específicos, buscou-se examinar a previsão legal do art. 49 e sua função protetiva, identificar decisões judiciais que tratam da devolução de produtos feitos sob medida e verificar práticas adotadas por empresas frente à legislação. A justificativa para este estudo está no aumento do comércio digital e na lacuna normativa sobre exceções ao direito de arrependimento, especialmente em relação a produtos personalizados. A problemática envolve a ausência de critérios objetivos no CDC, gerando insegurança tanto para o consumidor quanto para o fornecedor. A metodologia utilizada foi a bibliográfica, com base em autores brasileiros como Nunes (2016), que defende a importância do direito de arrependimento como forma de garantir a liberdade de escolha do consumidor diante de compras não presenciais, e Tartuce (2021), que discute a inaplicabilidade do direito de arrependimento a produtos confeccionados sob demanda, sob pena de violar o princípio da boa-fé objetiva. Cavalieri Filho (2022) destaca que o equilíbrio contratual é indispensável nas relações de consumo, sendo necessário ponderar direitos e deveres das partes. De acordo com Benetti (2021), a ausência de regulamentação clara contribui para decisões judiciais conflitantes. Nery Junior e Nery (2019) apontam que o CDC admite interpretações restritivas em casos excepcionais, especialmente quando há risco de enriquecimento ilícito. Por fim, Donoso (2020) enfatiza que o fornecedor não pode ser penalizado por exercer atividade regular, desde que haja informação adequada sobre a natureza personalizada do produto. Os resultados apontam para a necessidade de regulamentação complementar ou interpretação judicial uniforme. Conclui-se que a proteção ao consumidor deve coexistir com os princípios da proporcionalidade.

Palavras-chave: direito do consumidor; arrependimento; e-commerce; código de defesa do consumidor; produto personalizado.

Referências

BENETTI, Rodrigo. Direito de arrependimento e o comércio eletrônico: limites e possibilidades à luz do CDC. **Revista de Direito do Consumidor**, São Paulo, v. 30, n. 119, p. 115–134, 2021. Disponível em: <https://www.revistasconsumidor.org.br/index.php/RDC/article/view/119>. Acesso em: 08 abr. 2025.

BRASIL. Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990. Código de Defesa do Consumidor. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 12 set. 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8078.htm. Acesso em: 08 abr. 2025.

CAVALIERI FILHO, Sérgio. **Programa de Direito do Consumidor**. 15. ed. São Paulo: Atlas, 2022. Disponível em: <https://www.plataforma.atlas.com.br>. Acesso em: 07 abr. 2025.

DONOSO, Ricardo Morishita Wada. Contratos no Código de Defesa do Consumidor: boa-fé, informação e equilíbrio. São Paulo: **Revista dos Tribunais**, 2020. Disponível em: <https://www.livrariart.com.br>. Acesso em: 08 abr. 2025.

NERY JUNIOR, Nelson; NERY, Rosa Maria de Andrade. **Código de Defesa do Consumidor comentado**. 15. ed. São Paulo: RT, 2019. Disponível em: <https://www.editorart.com.br>. Acesso em: 08 abr. 2025.

NUNES, Rizzatto. **Curso de Direito do Consumidor**. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2016. Disponível em: <https://www.saraiva.com.br/livro-direito-consumidor>. Acesso em: 07 abr. 2025.

TARTUCE, Flávio. **Manual de Direito do Consumidor**. 2. ed. São Paulo: Método, 2021. Disponível em: <https://www.editorajuspodivm.com.br>. Acesso em: 08 abr. 2025.

TOMADA DE DECISÃO E EFICIÊNCIA NO SETOR PÚBLICO: UMA ANÁLISE DA GESTÃO DOS RECURSOS

Rodrigo Perez Pedroti

Acadêmico de Direito, Centro Universitário FAEMA - UNIFAEMA,
e-mail: rodrigo.1154@unifaema.edu.br

Hudson Carlos Avancini Persch

Mestre em Direito, Centro Universitário FAEMA - UNIFAEMA,
e-mail: hudsonpersch@hotmail.com

No Poder Público o princípio da eficiência é um dos denominadores que demonstram o compromisso do gestor público com os recursos financeiros e sua aplicação em obras ou serviços destinados à população, seja de forma direta ou indireta. Este artigo científico buscou, assim, apresentar reflexões, com o objetivo geral de conceituar as tomadas de decisões de um gestor em prol da sociedade, utilizando-se do princípio da eficiência para alcançar os melhores resultados com os menores custos possíveis, assegurando ainda a qualidade dos serviços prestados (DI PIETRO, 2022). Para alcançar esse objetivo geral, foram traçados os seguintes objetivos específicos: analisar a adoção de medidas do gestor público, visando à conversão de sua ação em benefício à sociedade; examinar o cumprimento do princípio constitucional no momento de decisão, com ênfase na relevância social; examinar-se a alocação de verbas e recursos públicos, assim como sua aplicabilidade no bem estar social. Nesse sentido, a justificativa para este estudo concerne à necessidade em demonstrar a importância de haver gestores comprometidos com o cumprimento legal dos princípios fundamentais da administração pública, dispostos em nossa Carta Magna, com exaltação do princípio da eficiência nos gastos com o “dinheiro público” (BRASIL, 1988). Outrossim, o enfoque central deste estudo é expor o envolvimento do gestor público de qualquer ente federativo em busca do interesse coletivo, ainda de acordo com Mello (2013, p. 98), o princípio da eficiência, não há nada a dizer sobre ele, trata-se, evidentemente, de algo mais do que desejável. Demonstra-se assim o interesse público como soberano ao interesse privado/particular, político ou pessoal do gestor, fazendo com que os recursos utilizados por ele, sejam sempre empregados de modo útil e agradável a população, sendo transferida para sua gestão uma visibilidade e classificação, como uma ‘boa administração’, tendo como sua essência o benefício da comunidade. De nada adianta o cumprimento isolado dos princípios normatizados, sem a eficiência gerencial do gestor, para que traga de fato resultados positivos e que seja atingida a finalidade do gasto público. O princípio apresenta-se sob dois aspectos, podendo tanto ser considerado em relação à forma de atuação do agente público, do qual se espera o melhor desempenho possível de suas atuações e atribuições, para lograr os melhores resultados, como também em relação ao modo racional de se organizar, estruturar, disciplinar a administração pública, e também com o intuito de alcance de resultados na prestação do serviço público (DI PIETRO, 2017, p. 250). Para abordar este conceito, foi-se adotada a metodologia descritiva, buscando apresentar a descrição sistemática de elementos organizacionais, operacionais e administrativos, correlacionando-os com os fatos observáveis no contexto da Administração Pública, de forma a proporcionar uma compreensão mais clara sobre as práticas que favorecem uma gestão mais eficiente, buscando assim evidenciar modelos de gerenciamento que se mostram mais adequados às demandas contemporâneas por transparência, eficácia e responsabilidade na gestão dos recursos públicos. Nesse sentido, o estudo demonstra que a adoção do princípio da eficiência na gestão pública contribui diretamente para a melhoria dos serviços prestados à sociedade, por meio de decisões racionais, planejadas e orientadas pelo interesse coletivo. Assim, reafirma-se a importância de gestores públicos comprometidos com os preceitos constitucionais, de modo que otimizem os recursos e gerem resultados concretos, além de reforçar a importância da escolha consciente de

gestores públicos valorizando a transparência, a responsabilidade e o foco nos resultados. O pleito eleitoral é a principal ferramenta para que haja as mudanças dos agentes decisórios empossados para administrar o recurso público, momento este que cada cidadão deve sempre buscar os melhores candidatos e propostas em benefício da sociedade em geral. O estudo reforça que, mais do que cumprir formalmente os princípios administrativos, é necessário implementar práticas gerenciais que verdadeiramente traduzam os interesses da coletividade, consolidando, na prática, a supremacia do interesse público e a confiança social nas instituições públicas.

Palavras-chave: administração pública; gestão pública; interesse coletivo; recursos públicos;

Referências

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. 30. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo**. 35. ed. São Paulo: Atlas, 2022.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de direito administrativo**. 30. ed. São Paulo: Malheiros, 2013.

A ATUAÇÃO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL COMO LEGISLADOR POSITIVO À LUZ DA SEPARAÇÃO DOS PODERES E DOS LIMITES CONSTITUCIONAIS

Hudson Carlos Avancini Persch

Mestre em Direito, Centro Universitário FAEMA - UNIFAEMA,
e-mail: hudsonpersch@hotmail.com

Luana Guimarães Cardoso

Acadêmica de Direito, Centro Universitário FAEMA - UNIFAEMA,
e-mail: luana.18991@unifaema.edu.br

A atuação do Supremo Tribunal Federal tem sido frequentemente destacada no cenário jurídico nacional e até mesmo internacional, principalmente sobre questões onde assume um papel ativo na concepção normativa, logo aproximando-se da função legislativa. Esse comportamento, muitas vezes motivado pela supressão do Congresso Nacional, gera debates sobre os limites constitucionais da Corte. Ao proferir decisões com efeitos vinculantes, o STF tem avançado sobre a competência do Poder Legislativo, o que coloca em xeque o princípio da separação dos poderes previsto na Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988). Esses acontecimentos estão sendo chamados entre os juristas, estudiosos e conhecedores do direito como ativismo judicial, havendo preocupações quanto aos limites da interpretação, visto que na medida em que o STF avança em autonomia judiciária, trepida os pilares da democracia representativa e da segurança da separação dos poderes. Neste contexto, o objetivo principal da pesquisa é analisar e compreender a atuação e os limites jurisdicionais do STF como legislador positivo à luz da separação dos poderes, e ainda analisar seu comportamento diante dos limites constitucionais. Os objetivos específicos incluem: conceituar o ativismo judicial e a figura do legislador positivo; examinar os fundamentos da separação dos poderes no ordenamento jurídico brasileiro, com foco nos limites constitucionais da atuação do Poder Judiciário (Bonavides, 2006, p. 276); identificar decisões emblemáticas do STF que inovam no ordenamento jurídico; e avaliar os riscos institucionais decorrentes desse protagonismo judicial. A metodologia adotada é qualitativa e bibliográfica, baseada na análise da jurisprudência do STF, de doutrinas jurídicas e da legislação constitucional. Essa abordagem permite examinar de forma crítica o impacto da atuação do Judiciário sobre a harmonia entre os poderes, especialmente diante de um Legislativo inoperante e fragilizado. Os resultados apontam que, embora o STF atue com o propósito de garantir a efetividade dos direitos fundamentais, sendo o guardião da Constituição, essa prática pode provocar desequilíbrios institucionais, tendo em vista a politização de decisões do Supremo, onde ultrapassa os limites democráticos. Nessa perspectiva destaca Streck (2018, p. 109), o excesso de ativismo judicial transforma a Corte em protagonista normativo, esvaziando a função legiferante do Congresso. Essa conjuntura compromete o controle democrático e fragiliza a legitimidade das decisões judiciais, uma vez que os ministros não detêm mandato popular. Barroso (2017) reconhece que há situações excepcionais em que o Judiciário deve agir para suprir lacunas, especialmente quando há violação de direitos fundamentais. Entretanto, esse agir não pode se tornar regra, pois quando a Suprema Corte suplanta sua função constitucional, desrespeita competências alheias e desestabiliza o legislativo. A separação dos poderes, nesse sentido, deve ser compreendida não apenas como uma cláusula formal, mas como instrumento essencial de preservação do Estado Democrático de Direito. As considerações finais apontam para a necessidade urgente de rediscutir os limites da jurisdição constitucional. A emblemática conduta do STF como legislador positivo, quando exercida sem critérios, compromete o equilíbrio entre os poderes e a legitimidade das instituições democráticas. Portanto, é essencial fortalecer o papel do Legislativo e exigir do

Judiciário uma postura de autocontenção, respeitando os parâmetros impostos pela Constituição.

Palavras-chave: ativismo judicial; Supremo Tribunal Federal; legislador positivo; separação dos poderes; limites constitucionais.

Referências

BARROSO, Luís Roberto. **O novo direito constitucional brasileiro:** contribuições para a construção teórica e prática da jurisdição constitucional no Brasil. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

BONAVIDES, Paulo. **Curso de Direito Constitucional.** 13. ed. São Paulo: Malheiros, 2006. Disponível em: curso de direito constitucional - Bonavides. Acesso em: 08 abr. 2025.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 08 abr. 2025.

STRECK, Lenio Luiz. **Verdades e mentiras:** ética e democracia no Brasil. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

DANO MORAL E CRIMINALIZAÇÃO DO DISCURSO DE ÓDIO NAS REDES SOCIAIS: OS LIMITES DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO E A PROTEÇÃO À DIGNIDADE HUMANA

Pollyana Cardozo Anjos,

Acadêmica de Direito, Centro Universitário FAEMA - UNIFAEMA,
e-mail: cardpollyana@gmail.com

Hudson Carlos Avancini Persch,

Mestre em Direito, Centro Universitário FAEMA - UNIFAEMA,
e-mail: hudsonpersch@hotmail.com

O uso massivo das redes sociais e a facilidade de propagação de ideias na internet trouxeram impactos significativos para o campo jurídico, especialmente no que diz respeito à liberdade de expressão e à dignidade da pessoa humana. As plataformas digitais se tornaram espaços de ampla visibilidade pública, o que intensificou tanto o exercício democrático da comunicação quanto a disseminação de discursos de ódio, ofensas e manifestações discriminatórias. Nesse cenário, observa-se o aumento de conflitos jurídicos envolvendo publicações ofensivas, questionando-se até que ponto é possível expressar livremente opiniões sem que isso represente violação a direitos fundamentais. A disseminação de conteúdos ilícitos no ambiente digital tem gerado debates sobre a necessidade de responsabilização civil e penal, especialmente quando tais manifestações resultam em dano à imagem, à honra ou à integridade moral das pessoas atingidas. Conforme ensina Diniz (2020), a responsabilidade civil por dano moral visa a reparar lesões extrapatrimoniais, atuando não apenas de forma compensatória, mas também com caráter pedagógico e punitivo. Assim, surge a necessidade de compreender como o ordenamento jurídico brasileiro tem tratado esses conflitos, particularmente no que se refere à indenização por danos morais e à criminalização de condutas ofensivas nas redes sociais. O presente estudo parte da análise de decisões judiciais, da doutrina jurídica e da legislação vigente, buscando identificar os critérios aplicados pelos tribunais na repressão a abusos de linguagem no espaço virtual. Nesse contexto, destaca-se o julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO) 26 pelo Supremo Tribunal Federal, que reconheceu a omissão legislativa na criminalização da homofobia e da transfobia, equiparando tais condutas aos crimes previstos na Lei nº 7.716/1989, que trata dos crimes de racismo (BRASIL, 2019). Ao discutir os limites entre a liberdade de expressão e as manifestações ilícitas, verifica-se que o princípio da dignidade da pessoa humana tem sido adotado como parâmetro fundamental nas decisões judiciais, servindo de limite ao exercício do direito de expressão quando este ultrapassa os padrões do discurso legítimo. Como lembra Bobbio (2004), os direitos fundamentais devem ser constantemente reinterpretados à luz das transformações sociais, o que inclui os desafios impostos pelo avanço das tecnologias da informação. Nessa mesma linha, Sarlet (2010) afirma que a dignidade humana não pode ser relativizada diante de práticas discriminatórias, ainda que estas estejam camufladas sob o manto da liberdade de opinião. Além disso, no campo penal, Callegari e Corrêa (2020) destacam que a criminalização do discurso de ódio na internet exige uma análise rigorosa, capaz de diferenciar manifestações protegidas pelo direito à liberdade de expressão de condutas que configuram ilícitos penais, especialmente quando atentam contra direitos fundamentais de grupos vulneráveis. Com base em uma investigação de natureza descritiva, bibliográfica e hipotético-dedutiva, o trabalho propõe uma reflexão crítica sobre os mecanismos jurídicos disponíveis para responsabilizar autores de discursos ofensivos nas redes sociais. Parte-se da hipótese de que a legislação atual, embora contemple dispositivos importantes, ainda apresenta lacunas que dificultam a efetiva proteção dos direitos fundamentais no meio digital. A análise dos casos concretos demonstra uma crescente tendência de reconhecimento judicial dos danos morais provocados por discursos ofensivos, sobretudo quando envolvem preconceito

racial, homofobia, misoginia ou incitação à violência. Embora esse avanço seja positivo, ainda se observa a necessidade de critérios mais objetivos para distinguir manifestações protegidas por lei daquelas que devem ser sancionadas. Reafirma-se, assim, a importância de se buscar um equilíbrio que assegure a liberdade de expressão sem tolerar abusos que comprometam valores essenciais à convivência democrática, como o respeito, a igualdade e a dignidade das pessoas no espaço virtual.

Palavras-chave: liberdade de expressão; discurso de ódio; dano moral; redes sociais; dignidade humana.

Referências

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 11. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO) 26**. Relator: Min. Celso de Mello, julgado em 13 jun. 2019. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=5290579>. Acesso em: 07 abr. 2025.

CALLEGARI, André; CORRÊA, Gustavo Octaviano Diniz Junqueira. Criminalização do discurso de ódio na internet: uma análise jurídico-penal. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, São Paulo, n. 172, p. 171-193, 2020.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil Brasileiro: responsabilidade civil**. 35. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020. v. 7.

SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficácia dos direitos fundamentais**. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

OVERSHARENTING: A SUPEREXPOSIÇÃO DA IMAGEM DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES E SEUS IMPACTOS JURÍDICOS, PSICOLÓGICOS E SOCIAIS

Flávia Cristina Lopes Facundo

Acadêmica de Direito, Centro Universitário FAEMA - UNIFAEMA,
e-mail: flavia.43967@unifaema.edu.br

Hudson Carlos Avancini Persch

Mestre em Direito, Docente, Centro Universitário FAEMA - UNIFAEMA,
e-mail: hudsonpersch@hotmail.com

No mundo digital contemporâneo, onde as fronteiras entre a vida pessoal e pública se confundem, surge a expressão oversharenting, que numa tradução do inglês seria: compartilhar demais, derivada das palavras “share” (compartilhar) e “parenting”, que está ligado a função de ser pais e mãe, portanto, emerge como uma prática controversa, no sentido de expor demais a sua função de “pais”. Este artigo tem como objetivo analisar criticamente os impactos dessa prática, especialmente no que tange à privacidade e ao bem-estar psicológico das crianças e adolescentes. A pesquisa foi conduzida por meio de revistas bibliográficas, com a análise de artigos científicos nacionais, que abordam as implicações legais, psicológicas, sociais e éticas do oversharenting. A metodologia de natureza qualitativa permitiu identificar padrões de exposição, potenciais consequências e propostas de enfrentamento do fenômeno. Compartilhar momentos da vida dos filhos online tornou-se comum, mas é preciso questionar os limites dessas exposições. Embora alguns considerem a prática uma forma de conexão social e registro de memórias, outros apontam riscos reais à privacidade infantil e possíveis danos psicológicos duradouros, uma vez que as crianças têm suas vidas expostas a uma audiência global, sem consentimento, “uma vez que as informações são compartilhadas na Internet, o acesso torna-se acessível por qualquer pessoa, mesmo tempos depois da publicação.” (Moraes; Santos, 2023, p. 11). Identificar os possíveis danos a longo prazo desses menores, destacando os perigos da superexposição, como os de seguranças, cyberbullying, deep fakes e também a monetização com a imagem das crianças e adolescentes. Medon (2022) ressalta que a superexposição de crianças nas redes sociais pode assumir diferentes formas, incluindo a chamada “superexposição comercial”, especialmente pais que trabalham com o meio digital, sem a devida consciência dos impactos que poderá causar em seus filhos. Priorizar o bem-estar emocional e a segurança deve ser uma preocupação central em todas as interações online, como veremos ao longo do trabalho. Por fim, o oversharenting pode provocar danos psicológicos e sociais nas crianças, especialmente quando ocorre sem o devido cuidado com a privacidade e o consentimento, não é apenas uma escolha individual, mas também um reflexo dos valores sociais e éticos que guiam nossa presença online. Promover uma cultura de consentimento e respeitar a privacidade infantil são passos fundamentais para um ambiente digital mais seguro, em consideração com o princípio do melhor interesse da criança.

Palavras-chave: oversharenting; superexposição; pais; redes sociais; segurança.

Referências

MEDON, Filipe. (Over) Shareting: a superexposição da imagem e dos dados pessoais de crianças e adolescentes a partir de casos concretos. **Revista Brasileira De Direito Civil**, 2022. Disponível em: <https://rbdcivil.ibdcivil.org.br/rbdc/article/view/608/541>. Acesso em: 07 abr. 2025.

MORAIS, E. M.; SANTOS, M. F. Proteção de excesso de tecnologia em crianças e adolescentes (oversharenting). **Revista Foco**, [S. l.], v. 16, n. 10, p. e3299, 2023. Disponível em: <https://ojs.focopublicacoes.com.br/foco/article/view/3299>. Acesso em: 07 abr. 2025.

O USO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL GENERATIVA PARA A CRIAÇÃO DE ARTE: O CASO DO ESTÚDIO GHIBLI E A (IN)COMPATIBILIDADE COM AS LEIS DE PROTEÇÃO À PROPRIEDADE INTELECTUAL E DE IMAGEM

Emmanuel Krumenaur Stangue

Acadêmico de Direito, Centro Universitário FAEMA - UNIFAEMA,
e-mail: emmanuel.49691@unifaema.edu.br

Hudson Carlos Avancini Persch

Mestre em Direito, Docente, Centro Universitário FAEMA - UNIFAEMA,
e-mail: hudson.persch@unifaema.edu.br

A criatividade artística foi transformada pela IA generativa, que permite a criação de obras digitais impressionantes. No entanto, essa tecnologia levanta questões éticas, pois, problematizações diversas já são elencadas desde os primeiros e mais perceptíveis sintomas da globalização do serviço de IA para o público. Porém, recentemente, com o lançamento e uso lúdico massivo, pela *openAI*, do filtro de fotos cartunizadas para baseadas no estilo artístico do *Studio Ghibli* ao *chatGPT*, algumas das tensões já existentes entre parcela da comunidade artística em relação a arte de IA foram retomadas, embasadas preocupações constantes, porém, válidas, acerca do: uso da máquina como substituto humano no mercado artístico; do uso indevido da propriedade intelectual protegida estúdio para o treinamento da IA geracional pela empresa responsável – Uma vez que o consumidor não deve ser responsabilizado pelo mero uso da ferramenta –; bem como a desonra da imagem pública do estúdio em referência ao uso em memes de cunho político e trágico pela comunidade (Gomez, 2025). Desse modo, na prática das considerações finais acerca do assunto, trata-se de uma discussão acerca de uma área cinzenta das legislações que, por sua vez, ainda não se adaptaram totalmente à massificação do uso da IA para compor regulamentações necessárias e planificar o julgamento de valor sobre tais que envolvem tantos problemas quanto o que se dita como a possibilidade da apropriação do sistema de IA por si próprio de seus resultados, como são assim consideradas nos trabalhos humanos (Schirru, 2020). Isso, pois, o estúdio até o momento não tomou medidas legais para sanar eventuais danos, por mais que o próprio diretor do *Ghibli*, Hayao Miyazaki, já tenha dado declarações adversas sobre o tema. Dito isso, a seguinte pesquisa bibliográfica, de caráter exploratório, visa o objetivo geral de responder a incógnita acerca da relação entre a captação e uso de conteúdos protegidos pelas inteligências artificiais generativas de imagem para a feitura de arte visual para fins pessoais e profissionais, além da adequação ou adaptação com as legislações vigentes que versem sobre a propriedade intelectual de obras visuais. Para chegar a tal patamar, vê-se, como específicos objetivos, primeiramente verificar o histórico e a lógica por detrás das legislações que envolvem a proteção da propriedade intelectual; organizar a narrativa dos acontecimentos descritos a fim de encontrar a real problemática que possa trazer riscos à estabilidade desse mercado artístico a partir da perspectiva do caso que envolve o *Studio Ghibli*; por fim, debater, entender e basear a temática nas propostas de possíveis soluções ao obstáculo.

Palavras-chave: inteligência artificial; ética; propriedade intelectual; artes visuais; studio ghibli.

Referências

DINESH, D.; SUBHASHINI S. **Dreams and Data: Ghibli-Style Art, Copyright, and the Rise of Viral AI Imagery.** Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/390406582_Dreams_and_Data_Ghibli-

Style_Art_Copyright_and_the_Rise_of_Viral_AI_Imagery_-_A_Review. Acesso em: 11 abr. 2025.

LUCA, S. **Direito autoral e Inteligência Artificial**. São Paulo: Editora Dialética, 2023.

GOMEZ, V. L. **O que o Studio Ghibli pensa da trend de IA?** Disponível em: <https://olhardigital.com.br/2025/04/02/pro/o-que-o-studio-ghibli-pensa-da-trend-de-ia/>. Acesso em: 11 abr. 2025.

CORRESPONSABILIDADE ALIMENTAR EM CASO DE MULTIPARENTALIDADE UMA ANÁLISE DO CÓDIGO CIVIL

Letícia Barros

Acadêmica de Direito, Centro Universitário FAEMA - UNIFAEMA,
e-mail: leticia.44110@unifaema.edu.br

Hudson Carlos Avanchini Persh

Mestre em direito, Docente, Centro Universitário FAEMA - UNIFAEMA,
e-mail: Hudsonpersh@hotmail.com

A condição paterna transcende a mera função de genitor biológico. Na contemporaneidade, embora se reconheça a relevância da filiação biológica, atribui-se crescente importância ao vínculo socioafetivo, o qual passa a ser analisado em complementaridade — ou até em oposição — à verdade biológica. (Gagliano; Pamplona Silva, 2022, p. 2012). A nova configuração das relações familiares impõe relevantes reflexões quanto aos deveres e direitos daí decorrentes, especialmente no que tange à obrigação alimentar. Enquanto os efeitos sucessórios no contexto da multiparentalidade já encontram respaldo jurídico consolidado, a prestação de alimentos ainda carece de regulamentação específica e de tutela normativa clara (Pereira; Rodrigo da Cunha, 2017, p. 103). O presente estudo analisa os desafios jurídicos e sociais decorrentes da existência de vínculos parentais socioafetivos legalmente reconhecidos, com o objetivo geral da pesquisa de compreender como se dá a corresponsabilidade alimentar em casos de multiparentalidade, considerando seus reflexos na prática jurídica à luz do Código Civil de 2002. Este, ainda baseado em um modelo tradicional de família, apresenta desafios para acolher essa realidade plural. Com vistas à consecução do objetivo geral proposto, elencam-se os seguintes objetivos específicos: primeiro, investigou-se o conceito e evolução da multiparentalidade no ordenamento jurídico brasileiro; segundo, analisou-se os fundamentos legais e principiológicos do dever alimentar entre os múltiplos genitores; terceiro, examinou-se decisões judiciais e dados sobre a distribuição da obrigação alimentar nesses casos. A relevância do tema está na crescente necessidade de reconhecer juridicamente novos arranjos familiares e de garantir a proteção integral dos direitos da criança e do adolescente. A multiparentalidade é uma realidade em muitos lares, embora ainda careça de regulamentação específica sobre como dividir de forma justa as responsabilidades entre pais reconhecidos, onde a definição é pautada na interpretação subjetiva do Código Civil (Tartuce; Flávio, 2022, p. 2961). O estudo, portanto, busca contribuir com reflexões que orientem soluções jurídicas mais justas e compatíveis acerca da diversidade familiar contemporânea. A metodologia adotada será qualitativa, baseada em revisão bibliográfica de doutrinas, legislações e artigos acadêmicos, além da análise de dados e jurisprudência sobre o tema. A proposta é compreender os fundamentos teóricos e práticos da corresponsabilidade alimentar na multiparentalidade, buscando uma interpretação jurídica mais clara, inclusiva, alinhada aos princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana, solidariedade familiar e melhor interesse da criança.

Palavras-chave: corresponsabilidade alimentar; multiparentalidade; vínculos parentais; obrigação alimentar.

Referências

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Manual de direito civil:** volume único. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2022.

TARTUCE, Flávio. **Manual de direito civil:** volume único. 12. ed. São Paulo: Forense, 2022.

PEREIRA, Rodrigo da Cunha. **Famílias simultâneas e multiparentalidade**. 2. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2017.

ENGENHARIA CIVIL INSTRUÇÕES TÉCNICAS DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE RONDÔNIA: DESAFIOS NA APLICAÇÃO PARA ELABORAÇÃO DO PPCIP

Matheus Henrique Ferreira da Cunha

Acadêmico de Engenharia Civil, Centro Universitário FAEMA - UNIFAEMA,
e-mail: matheus.44066@unifaema.edu.br

Roemir Peres Machado Moreira

Doutor, Centro Universitário FAEMA - UNIFAEMA,
e-mail: peresroemir@gmail.com.

A descoberta e domínio do fogo representou um marco civilizatório para a humanidade já que este tem o utilizado como um elemento auxiliar no seu dia a dia. Entretanto, quando esse elemento foge do controle, tem-se o que denominamos de incêndio. Visando coibir que tal descontrole surja ou mesmo combatê-lo, são aplicadas medidas eficazes de segurança dispostas no Projeto de Proteção Contra Incêndio e Pânico (PPCIP). No Brasil, as normas técnicas para medidas de prevenção e combate a incêndio são norteadas pelo poder público em Leis, Decretos ou Portarias. No Estado de Rondônia, tem-se o Decreto nº 21.425, de 29 de novembro de 2016, que regulamenta a Lei nº 3.924 de 17 de outubro de 2016, que dispõe sobre as normas de segurança contra incêndio e evacuação de pessoas e bens no Estado de Rondônia e dá outras providências (Rondônia, 2016). Conforme destaca Freitas (2017), projetar segurança é planejar a continuidade da vida mesmo diante do inesperado. Nesse aspecto, o Corpo de Bombeiro Militar desempenha um papel fundamental para o cenário de prevenção e combate. À face do exposto, o presente estudo tem como objetivo demonstrar o papel das Instruções Técnicas do Corpo de Bombeiro Militar no que cerne ao combate e prevenção contra incêndios. O método da pesquisa está baseado em uma revisão de literatura, de cunho descritivo e exploratório. Para tal, foram realizadas pesquisas de base literária, tendo como fonte artigos científicos, livros, manuais e demais materiais disponíveis de acordo com a temática. O responsável técnico (engenheiro, arquiteto ou profissional habilitado), assume o papel crucial não apenas na elaboração, mas também na validação e execução do PPCIP conforme as ITs vigentes. A prevenção de incêndios deve ser considerada parte integrante do processo de projeto e não uma etapa posterior. Isso mostra que a atuação técnica exige domínio de normas específicas como as ITs 19 (sistemas de detecção e alarme), 22 (sistema de hidrantes e mangotinhos) e 10 (controle de materiais de acabamento e revestimento), cujas exigências visam assegurar a eficiência dos sistemas de proteção ativa e passiva (Muniz, 2013). Os resultados evidenciam que a má interpretação ou a negligência em relação às Instruções Técnicas contribuem para projetos ineficientes, comprometendo a segurança de edificações e a integridade de seus ocupantes. A discussão demonstra a carência de formação continuada e o despreparo por parte dos profissionais, além da necessidade de integração entre o conhecimento técnico e a legislação específica de Rondônia (Pereira, 2016). Portanto, a valorização do papel do responsável técnico e a internalização das ITs como ferramentas práticas, e não apenas burocráticas, são fatores indispensáveis para garantir projetos eficientes e seguros, contribuindo para a redução de riscos e a promoção de uma cultura preventiva sólida no estado.

Palavras-chave: instruções técnicas; projeto de proteção contra incêndio e pânico; responsável técnico; segurança contra incêndio; Corpo de Bombeiros Militar de Rondônia.

Referências

FREITAS, André. **Engenharia contra incêndio: teoria e prática**. Belo Horizonte: Leud, 2017.

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA. Lei nº 3.924, de 17 de outubro de 2016. Dispõe sobre normas de segurança contra incêndio e evacuação de pessoas e bens no Estado de Rondônia e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado de Rondônia**, Porto Velho, RO, 17 out. 2016. Disponível em: <http://ditel.casacivil.ro.gov.br/COTEL/Livros/Files/L3924.pdf>. Acesso em: 10 maio 2025.

MUNIZ, Mário Sérgio. **Segurança contra incêndio**: prevenção, proteção e combate. São Paulo: Blucher, 2013.

PEREIRA, João Luiz. **Sistemas prediais de prevenção e combate a incêndio**. Rio de Janeiro: LTC, 2016.

A HUMANIZAÇÃO DA GESTÃO: CONTRIBUIÇÕES DA TEORIA DAS RELAÇÕES HUMANAS PARA O AMBIENTE ORGANIZACIONAL.

Gabriel Arruda Neto

Graduando em Ciências Contábeis, Centro Universitário FAEMA - UNIFAEMA,
e-mail: gabriel.63339@unifaema.edu.br

Keilla da Silva Floriano

Graduando em Administração, Centro Universitário FAEMA - UNIFAEMA,
e-mail: keilla.39057@unifaema.edu.br

Letícia Do Nascimento

Graduando em Administração, Centro Universitário FAEMA - UNIFAEMA,
e-mail: leticia.63327@unifaema.edu.br

Mauriany Sandra Maximo Copercini

Graduando em Administração, Centro Universitário FAEMA - UNIFAEMA,
e-mail: mauriany.63279@unifaema.edu.br.

Buscando melhorar as condições de trabalho e a produtividade, Elton Mayo rompeu com a visão de que os seres humanos deveriam ser tratados como máquinas e submetidos a jornadas exaustivas. A partir disso, iniciou, em 1930, um novo estudo científico que deu origem à Teoria das Relações Humanas. Esse conceito foi expandido por meio da experiência de Hawthorne, que teve como intuito entender qual o impacto da relação entre as condições físicas oferecida dentro do local de trabalho com a eficiência na produção dos operários. O presente estudo tem como objetivo, analisar quais foram as contribuições desta teoria para obter mudanças na gestão, induzindo-a à uma humanização social dentro das empresas, tendo em vista as mudanças de padrões de comportamento de uma gestão autoritária, focando em práticas voltadas ao bem-estar e engajamento dos seus colaboradores. A metodologia utilizada baseou-se em uma abordagem qualitativa, fundamentada em revisão bibliográfica de quatro estudos publicados entre 2019 e 2022, disponíveis em plataformas científicas e acadêmicas. Os estudos analisados — Ferreira (2019), Silva (2020), Moraes (2020) e Carvalho (2022) convergem ao demonstrar que o fator físico não é o grande vilão da motivação e do aumento da produtividade. Em contrapartida, passaram a entender que o ser humano necessita de fatores sociais e psicológicos para alcançar a eficiência e o aumento de produtividade. A Teoria das Relações Humanas passou a introduzir conceitos importantes, como organização informal, necessidade de reconhecimento, participação e influência dos grupos sociais no comportamento organizacional. Tendo como base esses conceitos, passaram a modificar as práticas gerenciais, tornando-as mais humanas, mostrando aos seus colaboradores que priorizam o diálogo, respeitam a individualidade e fortalecem as relações humanas no trabalho. Os resultados apontam que as empresas que praticam os fundamentos da Teoria das Relações Humanas, com foco na escuta ativa, reconhecimento e cuidado com ambiente social interno, apresentam uma maior produtividade entre a equipe e os impulsionam a produzir mais e com eficiência. Conclui-se que essa teoria é um fator indispensável nos dias atuais, as empresas que adotam esses princípios oferecem uma gestão carismática, tendo como foco oferecer uma liderança concentrada em pessoas, e desta forma eles são capazes de entregar, reconhecimento, produtividade e dignidade no ambiente corporativo.

Palavras-chave: humanização social; relações humanas; ambiente organizacional; motivação; produtividade.

Referências

CARVALHO, Amanda Souza de; COSTA, Luciano Vieira. A influência da liderança humanizada no ambiente organizacional. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 18, n. 2, p. 209-226, 2022. Disponível em: <https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/7008>. Acesso em: 19 maio 2025.

FERREIRA, Rafaela Gomes; VAZ, Paulo Celso. A importância da humanização nas organizações. **Revista Gestão & Saúde**, v. 10, n. 3, p. 173-186, 2019. Disponível em: <https://revistas.unisc.br/index.php/gestaosaude/article/view/13366>. Acesso em: 19 maio 2025.

MORAES, Ana Paula. A teoria das relações humanas e sua contribuição para a gestão de pessoas. **Revista Administração em Diálogo**, v. 22, n. 1, p. 45-60, 2020. Disponível em: <https://adm.emdialogo.net.br/artigo/teoria-relacoes-humanas>. Acesso em: 19 maio 2025.

SILVA, Aline de Lima et al. Gestão humanizada: um estudo sobre o comportamento organizacional e a qualidade de vida no trabalho. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, v. 4, n. 7, p. 89-107, 2020. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/administracao/gestao-humanizada>. Acesso em: 19 maio 2025.

ENFERMAGEM EXCLUSÃO SOCIAL ASSOCIADA AO ESTIGMA DA HANSENÍASE

Eduardo Nascimento da Cruz,

Acadêmico de Enfermagem, Centro Universitário FAEMA - UNIFAEMA,
e-mail: eduardo.52553@unifaema.edu.br.

Tiago Vinicius Martins da Silva,

Acadêmico de Enfermagem, Centro Universitário FAEMA - UNIFAEMA,
e-mail: tiago.51362@unifaema.edu.br.

Veronica Moreira Dias,

Acadêmico de Enfermagem, Centro Universitário FAEMA - UNIFAEMA,
e-mail: veronica.48349@unifaema.edu.br.

Yasmin Reina Garcia,

Acadêmico de Enfermagem, Centro Universitário FAEMA - UNIFAEMA,
e-mail: yasmin.50437@unifaema.edu.br.

Sonia Carvalho de Santana,

Mestre, Enfermeira, Docente, Centro Universitário FAEMA - UNIFAEMA,
e-mail: sonia.carvalho@unifaema.edu.br.

A hanseníase ou lepra, como era conhecida antigamente, afeta pessoas no diagnóstico, levando-as enfrentar situações de estigma e discriminação, denotando preconceito e desconhecimento, fato que exige maior efetividade dos programas de controle de hanseníase à adesão ao tratamento e enfrentamento social. Doença crônica infecto contagiosa, causada pelo bacilo *Mycobacterium leprae*, parasita com afinidade particular por células da pele e nervos periféricos (Lima, 2024). Aspectos genéticos, imunológicos e ambientais determinam a suscetibilidade individual ao bacilo e explicam a progressão e/ou regressão da doença. (Do Prado, 2024). Este trabalho tem como objetivo, discorrer sobre o estigma da hanseníase e a importância de ações para a minimizar a exclusão social dos indivíduos acometidos. A metodologia utilizada para a construção da pesquisa é a revisão de literatura a partir da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS). O delineamento temporal observou publicações entre 2000 à 2025, os Descritores em Ciências da Saúde (DeCS) foram Hanseníase, Estigma Social, Exclusão, Preconceito. Da crença de sua contagiosidade e de sua incurabilidade nasceu o medo de contrai-la e sofrer todos os males que ela representa, dentre os quais o de ficar estigmatizado. Daí a repulsa que ela causava e o rigor social imposto aos seus portadores. (Abreu, 2024). O estigma e a exclusão social ao indivíduo ainda são persistentes, mesmo que a doença tenha tido um grande avanço acerca de tratamentos e medicamentos que levam a cura, o portador ainda é visto como um potencial transmissor da doença (Leal et al., 2024). O desenvolvimento da ciência, com a descoberta do agente causal e do tratamento da hanseníase, não foi capaz de anular a ideia de hereditariedade de “castigo” da “lepra” bíblica que caracteriza o estigma e a discriminação. Esse preconceito exclui pessoas, interferindo diretamente na formação da identidade individual levando à invisibilidade, à negligência do cuidado e à violação de direitos humanos. Tudo isso reflete diretamente na produtividade, na inserção social e, consequentemente, na qualidade de vida dos acometidos pela doença, mantendo o ciclo de pobreza e exclusão. As desigualdades, os determinantes sociais e culturais do processo saúde-doença têm contribuído ao longo dos anos com o desenho da hanseníase. (Brasil, 2024). Frente ao estigma, surge a necessidade de um nome que dimensione a gravidade da doença sem que se aumente seu estigma milenar. Diante disso emerge a Lei nº 9.010 (26 mar de 1995), que oficializou no Brasil a mudança e doutrina o não uso do termo “Lepra” e seus derivados, ordena a utilização do nome da doença “hanseníase” para nomenclatura atual da enfermidade. A lei desponta como uma resposta social à discriminação, no intuito de minimizar o fator gerador de

preconceito. Portanto conclui-se que apesar da Hanseníase possuir um tratamento eficaz e cura, os afetados ainda sofrem com o estigma social, fato que contribui significativamente para exclusão social. O preconceito histórico alinhado ao desconhecimento, dificulta o acesso à saúde e afeta a autoestima e a identidade dos pacientes. A abordagem de apoio e orientações ao autocuidado e auxílio psicológico minimizam o impacto psicossocial, prevenindo incapacidades e promovendo a integração social.

Palavras-chave: hanseníase; estigma social; exclusão; preconceito.

Referências

ABREU, Nágila Tatielle Rocha. **Impacto da pandemia da Covid-19 no diagnóstico da hanseníase no Ceará: estudo ecológico, 2017-2022.** 2024. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Faculdade de Medicina, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2024. Disponível em: <http://repositorio.ufc.br/handle/riufc/77210>. Acesso em 28 maio 2025.

DO PRADO, Carla Belo; FRANÇA, Flávia Dayrell. Hanseníase: Aspectos Imunológicos e Métodos Diagnósticos-uma revisão. **Health and Biosciences**, v. 5, n. 3, p. 5-24, 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/healthandbioscience> Acesso em: 28 maio. 2025.

DOS SANTOS, Alexandro; SANTOS, Laís Vasconcelos. “O que os olhos não vêem o coração não teme”. **História em Revista**, v. 30, n. 1, p. 156-176, 2025. Disponível <http://periodicos.ufpel.edu.br>. Acesso em 28 maio 2025.

LIMA, Alessandra Santos Vieira; RODRIGUES, Luriany Nunes; CALEGARI, Camila Cristina Daluía. Caracterização dos pacientes sobre o abandono ao tratamento da hanseníase e suas causas: revisão integrativa. **Revista Saúde Multidisciplinar**, v. 16, n. 1, 2024. DOI: 10.53740/rsm.v16i1.789. Disponível em: <http://revistas.famp.edu.br/revistasaudemultidisciplinar/article/view/789>. Acesso em: 28 maio. 2025.

LEAL, Fernanda Martins et al. Percepção sobre estigmas e preconceitos entre pacientes em tratamento da hanseníase no município de palmas, estado de Tocantins, Brasil. **Health Promotion Evidence**, v. 1, n. 2, p. e0011, 2024. DOI: 10.71334/3085-6531.2024v1n2.e0011. Disponível em: <https://healthpe.emnuvens.com.br/healthpe/article/view/11>. Acesso em: 28 maio. 2025.

SARAIVA, Anna Luiza Borges et al. Hanseníase infantil. **Revista Eletrônica Acervo Médico**, v. 25, p. 1-7, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.25248/reamed.e19379.2025>. Acesso em 28 maio 2025.

A ESCUTA QUALIFICADA COMO FERRAMENTA ESSENCIAL NO CUIDADO DE ENFERMAGEM

Josiane de Jesus Armini Peres

Acadêmica da Enfermagem, Centro Universitário FAEMA - UNIFAEMA,
e-mail: josiane.16315@unifaema.edu.br

Thatyane dos Santos Alberto

Acadêmica da Enfermagem, Centro Universitário FAEMA - UNIFAEMA,
e-mail: thatyane.57471@unifaema.edu.br

Eriquis Henrique Alves de Souza

Acadêmico da Enfermagem, Centro Universitário FAEMA - UNIFAEMA,
e-mail: eriquis.55040@unifaema.edu.br

Sonia Carvalho de Santana

Mestre, Docente, Centro Universitário FAEMA - UNIFAEMA,
e-mail: sonia.carvalho@unifaema.edu.br

No complexo e dinâmico cenário da saúde, a enfermagem se destaca como profissão que exige conhecimento técnico-científico, e profunda capacidade de interação humana. A escuta qualificada emerge como uma ferramenta indispensável e potente para o cuidado. O objetivo deste resumo foi destacar a escuta qualificada como ferramenta essencial e estratégica no processo do cuidado de enfermagem. A metodologia foi revisão de literatura disponibilizada pela Biblioteca Virtual em Saúde (BVS). O delineamento temporal observou publicações entre 2000 a 2025, os Descritores em Ciências da Saúde (DeCS) foram Enfermagem, Escuta Qualificada, Cuidado. Longe de ser um ato passivo de ouvir, a escuta qualificada é um processo ativo, empático intencional, que vai além das palavras proferidas pelo paciente. Envolve a percepção de sinais não verbais, compreensão de emoções e sentimentos, a captação das necessidades e angústias que muitas vezes não são explicitadas verbalmente. Ao adotar a escuta qualificada, o enfermeiro constrói um vínculo de confiança, promove um ambiente seguro para a expressão do paciente e familiares, adquire informações cruciais que subsidiam um planejamento, execução do cuidado holístico, humanizado e efetivo. A construção do vínculo terapêutico é consistentemente identificada como um resultado direto da escuta qualificada. COSTA, 2021 destaca o valor da escuta ativa na construção do cuidado humanizado em enfermagem. Por outro lado, Maynard WH da C, et al., (2014) enfatizam como a atenção genuína às narrativas dos pacientes favorece a confiança e a abertura para expressar medos e expectativas. Essa relação de confiança, por sua vez, é crucial para a adesão ao tratamento, conforme pontuado por Farias et al., (2023) ao ressaltar a Percepção dos Pacientes em Relação à Qualidade do Atendimento e Assistência Recebidos numa Instituição pública na Amazônia, salienta que é relevante a identificação de necessidades não verbalizadas. A capacidade do enfermeiro em ir além do discurso explícito, captando nuances emocionais e corporais, permite um cuidado mais integral e personalizado. Pereira, F. G.; Costa, E. B. (2024, p. 112-130), no estudo "A percepção não verbal do paciente: subsídios para a escuta qualificada", publicado nos Anais do Congresso Nacional de Enfermagem Clínica, exemplificam como a observação atenta pode revelar dores, desconfortos ou angústias que o paciente não verbaliza. Apesar dos benefícios, os resultados também evidenciam os desafios e barreiras. A sobrecarga de trabalho, a pressão por tempo e a falta de capacitação específica são citados como entraves. Martins, V. R.; Lima, H. T. (2021), em seu livro "Humanização em Enfermagem: práticas e desafios no cotidiano", reverbera a necessidade de políticas institucionais que valorizem e proporcionem condições para o desenvolvimento da escuta qualificada. Além disso, a formação acadêmica precisa ser aprimorada para incluir de forma mais consistente o ensino e o treino dessa habilidade. Consensualmente os autores enfatizam que o ensino da escuta empática precisar

estar na graduação em enfermagem. (SILVA, 2022). A literatura atual valida a escuta qualificada como uma ferramenta que aprimora o cuidado de enfermagem, promovendo atendimento humano, eficaz e centrado nas reais necessidades do paciente, embora sua plena implementação ainda exija superação de desafios estruturais e formativos.

Palavras-chave: enfermagem; escuta qualificada; cuidado.

Referências

- FARIAS, K. C. L.; RIBEIRO, R. V.; DE MENEZES, C. C. S.; FARIA, T. L. M.; DOS SANTOS, V. R. C.; NUNES, S. F. A percepção dos pacientes em relação a qualidade do atendimento e assistência recebidos numa instituição pública na Amazônia. **CONTRIBUCIONES A LAS CIENCIAS SOCIALES**, [S. l.], v. 16, n. 10, p. 19287–19306, 2023. Disponível em: <https://ojs.revistacontribuciones.com/ojs/index.php/clcs/article/view/2096>. Acesso em: 23 set. 2025.
- MARTINS, V. R.; LIMA, H. T. **Humanização em Enfermagem: práticas e desafios no cotidiano**. São Paulo: Atheneu, 2021.
- MAYNART WH DA C, ALBUQUERQUE MC DOS S DE, BRÊDA MZ, JORGE JS. A escuta qualificada e o acolhimento na atenção psicossocial. **Acta paul enferm** [Internet]. 2014 Aug; 27(4):300–4. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ape/a/GbQ3nnHqHpPTSzm8JX4Jdqf/?lang=pt>. Acesso em: 29 mai. 2025.
- PEREIRA, F. G.; COSTA, E. B. A percepção não verbal do paciente: subsídios para a escuta qualificada. In: CONGRESSO NACIONAL DE ENFERMAGEM CLÍNICA, 5., 2024, Salvador. **Anais...** Salvador: Editora da UFBA, 2024. p. 112-130. Disponível em: <http://www.scielo.br/rbem/v75n2/artigo.pdf>. Acesso em: 29 maio 2025.
- SILVA, A. C.; OLIVEIRA, R. P. A escuta ativa na construção do cuidado humanizado em enfermagem. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 75, n. 2, p. 45-60, mar./abr. 2022. Disponível em: <http://www.scielo.br/rbem/v75n2/artigo.pdf>. Acesso em: 29 maio 2025.
- SOUSA, Cynthia Haddad Pessanha; RIBEIRO, Liana Viana; TAVARES, Cláudia Mara de Melo. A escuta ativa no processo de ensino-aprendizagem dos acadêmicos de enfermagem. **Debates em Educação**, [S. l.], v. 13, n. 31, p. 845–863, 2021 Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/debateseducacao/article/view/11647>. Acesso em: 23 set. 2025.

A PRÁXIS PEDAGÓGICA EM ESCOLA DE CAMPO: DESAFIOS E POTENCIALIDADES

Sonia Carvalho de Santana

Discente Pedagogia, Centro Universitário FAEMA - UNIFAEMA,
e-mail: sonia.carvalho@unifaema.edu.br

João Elicio Sobrinho

Discente Pedagogia, Centro Universitário FAEMA - UNIFAEMA,
e-mail: joao.elicio@unifaema.edu.br

Andreia Patrícia Nogueira Gomes Gamarra

Docente, Centro Universitário FAEMA - UNIFAEMA,
e-mail: andrea.patricia@unifaema.edu.br

A escola do campo, imersa em um contexto social, cultural e econômico particular, representa espaço pedagógico de grande riqueza e desafios significativos. A práxis pedagógica nessas instituições é intrinsecamente ligada às características do meio rural, carência de recursos didáticos e tecnológicos, a distância dos grandes centros urbanos e a especificidade das relações comunitárias. (Alves e Souza, 2023). Enfrenta desafios como a formação docente e conectividade (Machado e Oliveira, 2024). Este resumo se justifica pela necessidade premente de aprofundar a compreensão sobre os desafios e potencialidades inerentes a esse cenário educacional. Objetiva compreender e analisar as contribuições políticas, pedagógicas e epistemológicas da agroecologia para a construção interdisciplinar do conhecimento no contexto das práticas educativas da escola do campo. A metodologia utilizada foi de revisão exploratória de literatura, com delineamento temporal de 2020 a 2025. O estudo mostra, como principais resultados que é imperativo reconhecer as potencialidades únicas que a escola do campo oferece, como a valorização do saber local, a conexão direta com o meio ambiente, a construção de projetos pedagógicos contextualizados e o fortalecimento dos laços comunitários. A formação por área de conhecimentos; a interdisciplinaridade; a alternância entre tempos comunidade e tempos escola/universidade compõe o conjunto de elementos que definem as diretrizes para a Educação do Campo, o que remete a reflexões e diálogos sobre os limites e possibilidades da consolidação de tais diretrizes no âmbito da formação e ação docente nas escolas do campo. (Castro e Mendonça, 2024) e agroecologia (Gomes, 2023). A realidade pedagógica nas escolas de campo apresenta nuances singulares, distanciando-se do contexto urbano, contudo, também oferece um vasto potencial para uma aprendizagem significativa e contextualizada. A pedagogia no campo demanda uma abordagem que valorize o saber tradicional, a oralidade e a experiência dos estudantes em seu ambiente. A integração do currículo com o cotidiano da vida rural, explorando temas como agroecologia, sustentabilidade e a história da comunidade, pode enriquecer o processo de ensino-aprendizagem. (Brasil, 2022). Não se furtando de frequentemente se configurar como um espaço de convívio e identidade para a comunidade, fortalecendo os laços sociais e a preservação cultural. Estudos recentes têm destacado a importância do pedagogo em escolas do campo, também chamadas de escolas rurais no Brasil, promovendo uma educação mais relevante e significativa para os alunos. (Reis, 2025). Desta forma o pedagogo desempenha um papel fundamental na promoção da inclusão social e na preservação da cultura local, fortalecendo a identidade dos estudantes e a comunidade escolar com observância às políticas públicas específicas para a educação do campo, visando a superação das desigualdades e a valorização da diversidade. A formação continuada de professores para atuarem nesse contexto, a adequação do calendário escolar aos ciclos agrícolas e o investimento em tecnologias da informação e comunicação são apontados como elementos cruciais para o desenvolvimento de uma educação de qualidade e que atenda às particularidades das comunidades rurais. A realidade pedagógica no campo, portanto, clama

por um olhar atento e sensível às suas especificidades, reconhecendo seus desafios e potencializando suas inúmeras riquezas.

Palavras-chave: pedagogia; escola de campo; formação docente.

Referências

ALVES, Joana D’Arc; SOUZA, Francisco de Assis. A formação continuada de professores do campo: enfrentamentos e perspectivas. **Revista Brasileira de Educação do Campo**, Brasília, v. 8, n. 2, p. 210-225, maio/ago. 2023. Disponível em: <http://www.periodicos.rbec.com.br/artigo/5678>. Acesso em: 15 maio 2025.

BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Diretrizes Nacionais para a Educação do Campo**. Brasília: MEC Resolução CNE/CEB nº 1, de 3 de abril de 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/cne/normas-classificadas-por-assunto/educacao-do-campo>. Acesso em: 17 maio de 2025.

CASTRO, Lúcia Helena; MENDONÇA, Pedro Ricardo. Pedagogias multisseriadas e a valorização do saber local em escolas rurais. **Cadernos de Pesquisa em Educação do Campo**, São Paulo, v. 4, n. 1, p. 88-105, jan./jun. 2024. Disponível em: <https://www.revistacadernos.org.br/edicaocampo/v4n1/artigo05>. Acesso em: 15 maio 2025.

GOMES, Roberto Carlos. Potencialidades da agroecologia na construção de projetos pedagógicos em escolas do campo. In: SANTOS, Luiza Maria; PEREIRA, Fernando Augusto (Org.). **Educação do campo: novas perspectivas e saberes**. Curitiba: CRV, 2023. p. 75-92.

MACHADO, Rafael; OLIVEIRA, Cíntia. Tecnologias digitais e desafios de conectividade nas escolas do campo. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 45, e274853, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/274853>. Acesso em: 15 maio 2025.

REIS, Amy Marinho dos et al. Entre marés e saberes da Amazônia: práticas pedagógicas na educação do campo. **Caderno Pedagógico**, [S. l.], v. 22, n. 6, p. e15755, 2025. DOI: 10.54033/cadpedv22n6-226. Disponível em: <https://ojs.studiespublicacoes.com.br/ojs/index.php/cadped/article/view/15755>. Acesso em: 17 maio. 2025.

SAÚDE MENTAL DOS ESTUDANTES DE ENFERMAGEM: DESAFIOS ACADÊMICOS E IMPACTOS EMOCIONAIS

Willian Vinícius Zambom do Ampar

Graduando de Enfermagem, Centro Universitário FAEMA - UNIFAEMA,
e-mail: willian.42660@unifaema.edu.br

Ataúfo Bernardino Brasileiro de Souza

Graduando de Enfermagem, Centro Universitário FAEMA - UNIFAEMA,
e-mail: ataúfo.59025@unifaema.edu.br

Elis Milena Ferreira do Carmo Ramos

Mestra, Docente, Centro Universitário FAEMA - UNIFAEMA,
e-mail: elis.ramos@unifaema.edu.br

O ingresso na universidade frequentemente impõe aos acadêmicos mudanças significativas, como a saída de suas cidades natais, adaptação a novas rotinas e afastamento de suas redes de apoio, contribuindo para vulnerabilidades emocionais (Nascimento, 2024). Este trabalho tem como objetivo analisar os impactos da sobrecarga acadêmica na saúde mental dos estudantes de Enfermagem durante a graduação. A pesquisa adota abordagem qualitativa, com base em revisão bibliográfica e reflexões das vivências acadêmicas relatadas por discentes do curso. Foram utilizadas bases de dados científicas digitais: Google acadêmico, Scielo e BVS. Os critérios de inclusão foram materiais nacionais, ímpar e no idioma português, como critérios de exclusão: materiais duplicados, incompletos e fora do idioma português. O delineamento temporal foi do ano de 2021 a 2024. Os dados revelam que os acadêmicos enfrentam dificuldades para equilibrar atividades curriculares, estágios, projetos complementares e, em muitos casos, o trabalho remunerado. Essa sobrecarga contribui para sintomas de estresse, ansiedade, fadiga crônica e, em situações mais críticas, quadros de depressão e ideação suicida. A entrada no ensino superior pode causar sofrimento psíquico ao estudante, pois coincide com o fim da adolescência. (Cortes, 2023). A ausência de políticas institucionais de acolhimento, como apoio psicológico, ações de escuta e empatia no ambiente acadêmico, agrava o cenário de sofrimento mental. A discussão entre os autores indica que os principais dificultadores são nível de exigência e relacionamentos interpessoais como facilitadores, rede de apoio, fornecimento de informação e integração acadêmica (Sahão, 2021). Além disso, a insegurança nos campos de estágio e a desvalorização social da enfermagem refletem diretamente na autoestima e no senso de pertencimento dos estudantes. Muitos acadêmicos relatam medo e despreparo ao lidar com pacientes em contextos de alta complexidade, como pediatria e cuidados paliativos. A participação em atividades extracurriculares também é prejudicada pela necessidade de conciliar múltiplas jornadas (Nunes, 2022). Diante do exposto, fica claro que a saúde mental dos estudantes de Enfermagem é profundamente afetada pelas exigências da formação, sendo urgente a implementação de estratégias institucionais voltadas à promoção do bem-estar psíquico. Medidas como acolhimento emocional, flexibilização pedagógica e valorização profissional são essenciais para garantir uma formação mais humana, segura e ética. A criação de ambientes educacionais que reconheçam os desafios enfrentados pelos discentes e promovam a escuta ativa é indispensável para o desenvolvimento integral de profissionais empáticos e preparados para o cuidado em saúde.

Palavras-chave: saúde mental; estudantes de enfermagem; ansiedade.

Referências

CORTES, Helena Moraes; PINHO, Paula Hayasi; PASSOS, Bernardo Otto Sousa. Concepções de acadêmicos de enfermagem sobre o processo saúde-doença mental. **Revista Baiana de Enfermagem**, v. 37, 2023.

NASCIMENTO, Vinicius Medrade do. **A ansiedade entre acadêmicos de enfermagem**: uma revisão integrativa da literatura. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Estadual do Maranhão, 2024. Disponível em: <https://repositorio.uema.br/handle/123456789/2836>. Acesso em 25 de Maio de 2025.

NUNES, Luana Ferreira de Oliveira Marques et al. Impactos da trajetória acadêmica na saúde mental dos graduandos. **Revista Pró-UniverSUS**, v. 13, n. 1, p. 118–123, 29 jun. 2022.

SAHÃO, Fernanda Torres; KIENEN, Nádia. Adaptação e saúde mental do estudante universitário: revisão sistemática da literatura. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 25, 2021.

VISIBILIZANDO A DOR DO IMPACTO FRENTE AO DIAGNÓSTICO DE HANSENÍASE EM MENORES DE 15 ANOS

Sonia Carvalho de Santana

Mestre, Docente, Enfermeira, Centro Universitário FAEMA - UNIFAEMA,
e-mail: sonia.carvalho@unifaema.edu.br

Tiago Vinicius Martins da Silva

Acadêmico, Graduação Enfermagem, Centro Universitário FAEMA - UNIFAEMA,
e-mail: tiago.51362@unifaema.edu.br

Yasmin Garcia Reina

Acadêmica, Graduação Enfermagem, Centro Universitário FAEMA - UNIFAEMA,
e-mail: Yasmin.50437@unifaema.edu.br).

Veronica Moreira Dias

Acadêmica, Graduação Enfermagem, Centro Universitário FAEMA - UNIFAEMA,
e-mail: veronica.48349@unifaema.edu.br).

Eduardo Nascimento da Cruz

Acadêmico, Graduação Enfermagem, Centro Universitário FAEMA - UNIFAEMA,
e-mail: eduardo.52553@unifaema.edu.br

A hanseníase é uma doença crônica e infecciosa, causada pelo *Mycobacterium leprae*, capaz de provocar alterações neurológicas, deformidades e incapacidades físicas irreversíveis. Transmitida pelas vias aéreas, continua sendo um desafio de saúde pública no Brasil, um dos países com maior carga da doença (Brasil, 2025). O diagnóstico em menores de 15 anos impõe impactos físicos e profundos efeitos psicossociais. O estigma associado à hanseníase gera sofrimento emocional, angústia e isolamento, sobretudo na infância e adolescência, fases cruciais para o desenvolvimento da identidade e das relações sociais. Crianças e adolescentes diagnosticados com hanseníase enfrentam não apenas a dor física, mas também o peso do preconceito, que compromete sua autoestima, escolarização e vínculos afetivos. (Vieira et al., 2022). A saúde mental, de acordo com a OMS, refere-se ao bem-estar em que o indivíduo reconhece suas capacidades, lida com os estressores da vida, trabalha de forma produtiva e contribui para sua comunidade. No entanto, quando o sofrimento psíquico não é acolhido, pode desencadear quadros como ansiedade, depressão e retraimento social. Estudos apontam que pessoas com hanseníase apresentam maior vulnerabilidade a transtornos mentais comuns (Finotti et al., 2020), o que reforça a necessidade de intervenções psicológicas precoces. Este trabalho tem como objetivo refletir sobre o impacto do diagnóstico de hanseníase na saúde da população infantojuvenil. A metodologia utilizada foi a revisão de literatura, com base na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), considerando o período de 2000 a 2025. Os Descritores em Ciências da Saúde (DeCS) foram: Hanseníase, Estigma Social, Saúde Mental, Preconceito. Entre 2014 e 2023, foram registrados 14.551 novos casos da doença em menores de 15 anos no Brasil, indicando forte transmissão ativa. A taxa de detecção nessa faixa etária é reconhecida como marcador de alta endemicidade. Espera-se, idealmente, uma taxa de 0,5 caso por 100 mil habitantes. O diagnóstico precoce e o acompanhamento interdisciplinar são essenciais para a prevenção de incapacidades físicas e sofrimento psíquico. O enfrentamento do estigma deve considerar a escuta qualificada e a presença de profissionais da Psicologia, que podem acolher as dores subjetivas e promover estratégias de resiliência. A hanseníase, quando vivenciada por crianças e adolescentes, repercute de maneira complexa em seu desenvolvimento biopsicossocial. A exclusão social e o silenciamento de suas vivências emocionais podem impactar sua saúde mental na vida adulta (Vieira et al., 2022). Por isso, a abordagem integral, que considere corpo, mente e contexto social, é imprescindível para o cuidado ético e humanizado.

Palavras-chave: hanseníase; psicologia; saúde mental; estigma; cuidado.

Referências:

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente. **Boletim Epidemiológico Hanseníase**. Número especial, n. 25, jan. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/epidemiologicos/especiais/2025/boletim-epidemiologico-de-hanseniaze-numero-especial-jan-2025>. Acesso em: 29 maio 2025.

CONRADO, Matheus Castro et al. Negligência no diagnóstico precoce de hanseníase na atenção primária. **Hansenologia Internationalis**, Bauru, v. 48, p. 1-6, 2023.

FINOTTI, Rejane de Fátima Conde; ANDRADE, Amanda Cristina de Souza; SOUZA, Delma Perpétua Oliveira de. Transtornos mentais comuns e fatores associados entre pessoas com hanseníase: análise transversal em Cuiabá, 2018. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, Brasília, DF, v. 29, n. 4, e2019279, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ress/a/wKtkdVHJnkgeGjmGRNh5JXq/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 29 maio 2025.

MARTORELI JÚNIOR, José Francisco et al. Aglomerados de risco para ocorrência de hanseníase e as incapacidades em menores de 15 anos em Cuiabá: um estudo geoespacial. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, São Paulo, v. 26, 2023.

OLIVEIRA, L. B. M.; MARINUS, M. W. F. C.; MONTEIRO, E. M. L. M. Hanseníase em crianças e adolescentes no Brasil: uma revisão da literatura. **Brazilian Journal of Infection Health Sciences**, [S. l.], v. 2, n. 4, 2020. Disponível em: <https://bjihs.emnuvens.com.br/bjihs/article/download/2141/2445/5165>. Acesso em: 29 maio 2025.

VIEIRA, Michelle Christini Araújo et al. Repercussões no cotidiano de crianças e adolescentes que viveram com hanseníase. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 46, n. esp. 6, p. 124-134, 2022. Disponível em: <https://acervomais.com.br/index.php/medico/article/download/19379/10473/>. Acesso em: 29 maio 2025.

DIREITOS SEXUAIS, REPRODUTIVOS E MÉTODOS CONTRACEPTIVOS

Eduarda Pizzo Martins

Acadêmico de Enfermagem, Centro Universitário FAEMA - UNIFAEMA,
e-mail: eduarda.52779@unifaema.edu.br

Gleice dos Santos Gomes Corrêa

Acadêmico de Enfermagem, Centro Universitário FAEMA - UNIFAEMA,
e-mail: gleice.48553@unifaema.edu.br

Eduardo Nascimento da Cruz

Acadêmico de Enfermagem, Centro Universitário FAEMA - UNIFAEMA,
e-mail: eduardo.52553@unifaema.edu.br

Tarciana de Oliveira Lopes

Acadêmico de Enfermagem, Centro Universitário FAEMA - UNIFAEMA,
e-mail: tarciana.52713@unifaema.edu.br

Elis Milena Ferreira do Carmo Ramos

Mestra, Docente, Centro Universitário FAEMA - UNIFAEMA,
e-mail: elis.ramos@unifaema.edu.br

Os direitos sexuais e reprodutivos garantem que todas as pessoas possam tomar decisões livres e responsáveis sobre seu corpo, sua sexualidade e se desejam ou não ter filhos. Esses direitos envolvem o acesso à informação, métodos contraceptivos, serviços de saúde de qualidade e educação sexual. Também asseguram o respeito à diversidade, à liberdade de escolha e à vivência da sexualidade sem medo, violência ou discriminação (Brasil, 2017). Esse trabalho tem como finalidade informar sobre os direitos sexuais e reprodutivos, promover dignidade, igualdade e bem-estar, orientar sobre os métodos contraceptivos e sua eficácia na prevenção da gravidez, além de reforçar a importância da educação sexual para a autonomia reprodutiva e a saúde integral. O presente estudo trata-se de uma revisão de literatura de caráter descritivo e exploratório. Utilizado base de dados Scielo, BVS e Manuais do Ministério da Saúde. Como critérios de inclusão foram selecionados materiais que estivessem dentro das palavras chave, em português e completos. Como critérios de exclusão, materiais incompletos e fora do idioma mencionado. O delineamento temporal foi do ano de 2007 a 2024. O Governo brasileiro baseia suas ações no respeito aos direitos humanos, especialmente aos direitos sexuais e reprodutivos, como alicerce para a elaboração e execução de políticas públicas voltadas ao planejamento familiar. O Ministério da Saúde compreende que as iniciativas de contracepção devem ser asseguradas a todas as mulheres e homens em idade fértil, tanto adultos quanto adolescentes, que desejem utilizar métodos e recursos para controlar sua fertilidade. O Sistema Único de Saúde (SUS) oferece diversos métodos contraceptivos, como anticoncepcional oral, injetável, preservativos, implantes, DIU de cobre e métodos cirúrgicos, como laqueadura e vasectomia, que de acordo com a Lei 14.443/2022 estabelece que, para esses procedimentos, é necessário ter mais de 21 anos, independentemente de ter filhos, sem exigir consentimento do cônjuge. A lei também permite a laqueadura no momento do parto, desde que haja solicitação com 60 dias de antecedência e condições de saúde adequadas (Brasil, 2023). De acordo com a ONU Brasil, 800 mulheres morrem todos os dias devido a complicações relacionadas à gravidez e ao parto, número que permanece inalterado desde 2016. Cerca de 80,5% das mulheres de 15 a 49 anos, que estão em atividade sexual, fizeram uso de algum método contraceptivo nos últimos 12 meses. Entre as mulheres atendidas pelo SUS e em idade fértil, 58% utilizam a pílula anticoncepcional, sendo este o método mais comum. O dispositivo intrauterino (DIU) é utilizado por 4,4% das mulheres que dependem do SUS (Brasil, 2024). Fica evidente, que garantir os direitos sexuais e reprodutivos é essencial para promover a autonomia, o bem-estar e o planejamento familiar. O acesso a informações, métodos contraceptivos e serviços de saúde

fortalece a dignidade e a liberdade de escolha. Essas medidas refletem o respeito à dignidade humana e a promoção da equidade no cuidado à saúde sexual e reprodutiva, contribuindo para uma sociedade mais justa e saudável.

Palavras-chave: direitos sexuais e reprodutivos; educação em saúde; educação sexual; contracepção.

Referências

BRASIL. Ministério da Saúde. Instituto Nacional da Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira. **Direitos sexuais, direitos reprodutivos e métodos anticoncepcionais**. Ministério da Saúde, 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Ministério da Saúde orienta gestores sobre laqueadura e vasectomia no SUS**. Portal Gov.br, 26 jun. 2023.

BRASIL. **30 anos de progresso em saúde sexual e reprodutiva passaram longe das comunidades mais vulneráveis**. ONU Brasil, 17 abr. 2024.

O IMPACTO DA SÍNDROME DE BURNOUT NA ATUAÇÃO DO ENFERMEIRO EM SERVIÇOS DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA

Tiago Vinicius Martins Da Silva

Graduando de Enfermagem, Centro Universitário FAEMA - UNIFAEMA,
e-mail: tiago.51362@unifaema.edu.br

Elis Milena Ferreira do Carmo Ramos

Mestra, Docente, Centro Universitário FAEMA - UNIFAEMA,
e-mail: elis.ramos@unifaema.edu.br

A Síndrome de Burnout (SB), é uma problemática de preocupação crescente, à qual engloba o eixo da saúde pública, uma vez que está diretamente ligada aos profissionais da saúde, sendo a enfermagem a quarta profissão mais afetada, de maneira específica o setor de emergência e urgência, gerando consequências agravantes ao estado físico, mental e interferindo na sua qualidade de vida (Moura; Soares; Ponte, 2023). Diante disso, torna-se relevante compreender as formas que a síndrome afeta o profissional de enfermagem nesse determinado setor. Este estudo tem por objetivo, apontar aos fatores precursores desse fenômeno ocupacional e as suas consequências para os profissionais de enfermagem atuantes no setor de urgência e emergência. A metodologia utilizada para a elaboração da pesquisa foi a revisão bibliográfica, de caráter descritivo e exploratório. O delineamento temporal foi de 2020 a 2025, disponíveis em base de dados da biblioteca virtual de saúde – BVS e google acadêmico. Os critérios de inclusão foram documentos na íntegra escritos em português e dentro do delineamento temporal. Os profissionais de enfermagem, que realizam suas funções no âmbito de urgência e emergência, estão vulneráveis ao estresse, seja pela necessidade de rapidez em seus atendimentos, ou diante das suas responsabilidades no decorrer de sua jornada de trabalho (Teixeira; Ramos, 2021). Nesse contexto, de acordo com o conhecimento ofertado pela literatura alguns fatores para o adoecimento mental desses profissionais, incluem a escassez de materiais adequados para o desenvolvimento de seu trabalho, carga de horário de trabalho exaustiva, tomadas de decisões rápidas, lidar com a família dos pacientes muitas vezes sendo necessário repassar más notícias, além de se ter o peso pelo gerenciamento de seu setor e de sua equipe (Teixeira; Ramos, 2022). Nessa perspectiva, é notório que o estresse vivenciado por esses profissionais ocasiona a sua vulnerabilidade, favorecendo assim o início de sintomatologias decorrente da SB, as quais envolvem a sua despersonalização, desenvolvendo comportamentos frios e negativos em seu ambiente de trabalho, remediando a saúde mental comprometida, chegando ao seu questionamento profissional e refletindo em sua vida pessoal (Faustino, 2025). Portanto, constatou-se que inúmeras situações podem afetar de forma negativa no processo de saúde e doença dos enfermeiros que exercem função na assistência de alta complexidade, ocasionando a insatisfação com o trabalho, desgaste físico e mental, contribuindo assim para o estresse ocupacional e possivelmente o desenvolvimento da SB, prejudicando de maneira significativa na sua vida profissional e pessoal.

Palavras-chave: síndrome de burnout; enfermagem; urgência e emergência; saúde mental.

Referências

MOURA, Maria Eduarda Costa; SOARES, Jandson de Oliveira; PONTES, Alessandra Nascimento. Síndrome de Burnout: Fatores relacionados à problemas de saúde mental em profissionais de emergência. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**, Ano 6, v. 6, n.13, 2023.

FAUSTINO, Wladimir Rodrigues et al. Síndrome de Burnout em Enfermeiros dos Serviços de Urgência e Emergência. **Nursing Edição Brasileira**, v. 29, n. 321, p. 10587–10594, 2025. DOI: 10.36489/nursing.2025v29i321p10587-10594.]

TEIXEIRA, José Carlos Inácio; RAMOS, Elis Milena Ferreira do Carmo. **Síndrome de burnout em profissionais de enfermagem**: reflexos da pandemia da covid-19 Trabalho de conclusão de curso. Faculdade FAEMA, 2021.

TEIXEIRA, José Carlos Inácio; RAMOS, Elis Milena Ferreira do Carmo. Síndrome de burnout em profissionais de enfermagem: reflexos da pandemia da covid-19. **Revista científica da faculdade de educação e meio ambiente**, v. 13, n. Edespmulti, 2022. Disponível em: <https://revista.faema.edu.br/index.php/revista-faema/article/view/1004>.

PREVENÇÃO COMBINADA E A CONSCIÊNCIA DO AUTOCUIDADO: UM CAMINHO INTEGRADO PARA A SAÚDE

Sonia Carvalho de Santana

Mestre, Docente, Enfermeira, Centro Universitário FAEMA - UNIFAEMA,
e-mail: sonia.carvalho@unifaema.edu.br

Liriel Eyshila de Souza Gomes

Acadêmica, Graduação Enfermagem, Centro Universitário FAEMA - UNIFAEMA,
e-mail: liriel.47925@unifaema.edu.br

Vitor Hugo Pereira Mayrink

Acadêmico, Graduação Enfermagem, Centro Universitário FAEMA - UNIFAEMA,
e-mail: vitor.44117@unifaema.edu.br

Jaqueline Cátia Palma Oliveira

Acadêmica, Graduação Enfermagem, Centro Universitário FAEMA - UNIFAEMA,
e-mail: jaqueline.47705@unifaema.edu.br

Jefferson Monteiro Ribeiro

Acadêmico, Graduação Enfermagem, Centro Universitário FAEMA - UNIFAEMA,
e-mail: jefferson.47581@unifaema.edu.br

Mediante as conquistas históricas nas respostas à epidemia de Aids, a prevenção combinada emerge como uma estratégia fundamental. Longe de ser uma abordagem única, é um conjunto de métodos e intervenções complementares que abarcam as vulnerabilidades individuais, sociais. Utilizados em conjunto, oferecem uma proteção mais ampla e eficaz contra diversas condições de saúde, especialmente as infecções sexualmente transmissíveis (ISTs), incluindo o HIV. (Brasil, 2021). A prevenção combinada não se limita apenas a métodos e tecnologias. Ela se entrelaça com a consciência do autocuidado, pilar essencial para a promoção da saúde e do bem-estar. (Lucas, 2025). O autocuidado envolve o reconhecimento da responsabilidade individual sobre a saúde, a capacidade de tomar decisões informadas e adoção de hábitos que protejam e fortalecem. Este trabalho visa destacar a importância da prevenção combinada e do autocuidado como pilares interligados para a promoção da saúde individual e coletiva. A metodologia utilizada foi a exploratória e bibliográfica com base na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), considerando o período de 2000 a 2025. Os Descritores em Ciências da Saúde (DeCS) foram prevenção combinada, autocuidado, saúde sexual, enfermeiro. Os principais resultados apontam que ao unir ferramentas da prevenção combinada com a autonomia e o empoderamento do autocuidado, abrimos um caminho mais robusto e consciente rumo à vida saudável. Essa sinergia convida ao protagonismo da própria saúde, onde escolha, atitude e conhecimento adquirido são passos importantes na construção de um futuro seguro com mais qualidade de vida. Os estudos analisados demonstram que a efetividade reside na integração de abordagens biomédicas (como profilaxias pré e pós-exposição – PrEP e PEP, testagem regular, tratamento de ISTs), comportamentais (uso consistente de preservativos, negociação e comunicação) e estruturais (combate ao estigma e à discriminação, acesso à informação e serviços de saúde de qualidade). (Paiva, 2020). O enfermeiro é, por sua vez, responsável pela avaliação do paciente e raciocínio clínico, possibilitando que faça a evolução com maior qualidade, clareza e eficiência. A simples oferta de tecnologias e informações não é suficiente para o sucesso da prevenção. É nesse ponto que a consciência do autocuidado emerge como um fator determinante, não somente a adesão a uma prescrição, mas envolve um processo ativo de empoderamento individual, onde o sujeito se torna protagonista de suas escolhas em saúde. A capacidade de compreender os riscos, tomar decisões informadas e adotar hábitos saudáveis é intrínseca à efetividade das estratégias de prevenção combinada. Programas de prevenção mais bem-sucedidos são aqueles que incorporam elementos que promovem a autonomia e reflexão

sobre as próprias práticas de saúde. A oferta de aconselhamento individualizado, a promoção de espaços seguros para o diálogo sobre sexualidade, a desconstrução de tabus, a percepção de risco e a autoeficácia são diretamente influenciadas pela consciência do autocuidado. A premissa básica é de que a prevenção deve considerar as especificidades dos sujeitos e de seus contextos, as características individuais e o momento de vida de cada pessoa, uma sinergia inquestionável entre a prevenção combinada e o autocuidado (IBGE, 2024).

Palavras-chave: prevenção combinada; autocuidado; saúde sexual; HIV; enfermagem.

Referência

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Boletim epidemiológico de HIV e Aids**. Brasília: Ministério da Saúde; 2021. Disponível em: https://www.gov.br/aids/pt-br/central-de-conteudo/boletins-epidemiologicos/2021/hiv-aids/boletim_aids_2021_internet. Acesso em: 30 mai 2025

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Coordenação de População e Indicadores Sociais**. Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro: IBGE; 2015 [citado 21 Fev 2024]. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv95011.pdf>
» <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv95011.pdf>. Acesso em: 30 mai 2025

LUCAS, Márcia Cavalcanti Vinhas; BÖSCHEMEIER, Ana Gretel Echazú; SOUZA, Elizabethe Cristina Fagundes de. Sobre o presente e o futuro da epidemia HIV/Aids: a prevenção combinada em questão. *Physis: Revista De Saúde Coletiva*, 33, e33053, 2023 <https://doi.org/10.1590/S0103-7331202333053>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/physis/a/M8zKMJsFMBSPbXgnDVmQtnk>. Acesso em 30 Mai 2025

MONTEIRO, Simone; FONSECA, Vanessa do Nascimento; NASCIMENTO, Marcos. “Como eu fui me transformando”: juventude, prevenção do HIV e a contribuição de projetos sociais comunitários no Rio de Janeiro, RJ, Brasil. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, v. 28, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/interface.230206>. Acesso em: 30 maio 2025.

PAIVA, Vera; ANTUNES, Maria Cristina; SANCHEZ, Mauro Niskier. O direito à prevenção da Aids em tempos de retrocesso: religiosidade e sexualidade na escola. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, 24, e180625, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/SbJ4wW39xzdCHT5gnDnwxCG>. Acesso em: 30 maio 2025.

FARMÁCIA ASPERGILOSE: ASPECTOS CLÍNICOS E EPIDEMIOLÓGICOS

Rogério da Cruz

Licenciado em química, Acadêmico de Farmácia, Centro Universitário FAEMA - UNIFAEMA
e-mail: professorrogerio8@gmail.com

Maria Eduarda Ianes de Assis Lacerda

Acadêmica de Farmácia, Centro Universitário FAEMA - UNIFAEMA,
e-mail: eduardaianes@outlook.com

Cleidiane dos Santos Orssato

Mestre, professora, Centro Universitário FAEMA - UNIFAEMA,
e-mail: cleidiane.dossantosorssato@unifaema.edu.br.

Taline Canto Tristão

Doutora, professora, pesquisadora, Centro Universitário FAEMA - UNIFAEMA,
e-mail: farmacia@unifaema.edu.br.

De acordo com Bamber et al., (2025) e Segal e Walsh (2006) *Aspergillus ssp.* é um gênero de fungos ubiqüitário, que por meio de liberação de esporos podem germinar e/ou causar doenças com auto índice de mortalidade em pacientes imunodeprimidos ⁽¹⁻⁸⁾. Neste contexto, o objetivo deste trabalho foi revisar aspectos clínicos e epidemiológicos visando a identificação de espécies fúngicas para facilitar o diagnóstico e tratamento da doença. Desta forma, todos os materiais adquiridos vieram de fontes digitais sendo eles, livros e artigos adquiridos no google acadêmico e PubMed. Os fungos deste gênero possuem como características serem filamentosos com hifas septadas e ramificadas a 45 graus, também são hialinos, com reprodução assexuada formando colônias de características distintas de formato aveludado e de coloração diferenciada de acordo com a espécie do fungo (Sarkar; Rangel; Osherov, 2025; Segal, 2009). De acordo com Sarkar et al., 2025 e Segal e Walsh, 2006) Tais, fungos propagam-se principalmente em solos e matérias orgânicas através de liberação de esporos/conídios gerando novas colônias, porém, caso os mesmos sejam inalados, invadem o hospedeiro, que não havendo fagocitose bem-sucedida causará no indivíduo sintomas alérgicos e doenças graves. Normalmente ocorre em pessoas imunodeprimidas, ou pessoas com neutropenia e/ou que utilizam inadequadamente medicamentos da classe dos corticoides. Assim sendo, os conídios aderem-se ao indivíduo podendo gerar aspergilose bronco pulmonar, aspergilose invasiva ou aspergiloma. Assim sendo comumente associadas às pessoas em tratamento de doenças neoplásicas, HIV, transplantados dentre outros. A aspergilose normalmente é gerada na maioria dos casos pela espécie do tipo *Aspergillus fumigatus*, mas que também produzem patologias graves e/ou alérgicas. Entretanto, as principais espécies de característica médica é o *A. fumigatus*, que geralmente agride os pulmões, o *A. flavus*, que afetam a mucosa dos seios paranasais e os olhos, *A. niger*, que comumente está associado as vias respiratórias e *A. terreus*. muito comum no sistema respiratório especialmente aspergilose pulmonar (Carter et al., 2025; Asano; Oguma, 2025; Schelbert; Messroghli, 2016). Em todos os casos citados anteriormente podem causar infecções invasivas caso não fora tratado adequadamente. Porquanto, torna-se imprescindível o reconhecimento de qual espécie e o atendimento rápido para melhor terapêutica agilizando e tornando tratamento mais eficaz, diminuindo os danos e efeitos colaterais de medicamentos sejam em pessoas autolimitadas ou não (Bamber; Haiduven; Denning, 2025). De acordo com dados coletados, 85,2% dos casos levam a óbito, assim sendo, é de suma importância a busca de prevenção para que pacientes que possuam qualquer tipo de disfunção do sistema de defesa do organismo possa estar sendo amparada de forma adequada, diminuindo consideravelmente o número de óbitos e efeitos adversos em decorrência dos fungos do gênero *Aspergillus spp.* (Bamber; Haiduven; Denning, 2025; Tanaka, 2025).

Palavras-chave: aspergilose; *Aspergillus spp.*; fungos filamentosos.

Referências

ASANO, Koichiro; OGUMA, Tsuyoshi. Allergic Bronchopulmonary Aspergillosis/Mycosis: An Allergic Disease or an Eosinophilic Disease?. **Internal Medicine**, v. 64, n. 4, p. 493-501, 2025. Disponível em: < www.jstage.jst.go.jp/article/internalmedicine/64/4/64_4386-24/_pdf>. Acesso em: 15 maio 2025.

BAMBER, Sharon; HAIDUVEN, Donna; DENNING, David W. Survey of current national and international guidance to reduce risk of aspergillosis in hospitals. **Journal of Hospital Infection**, 2025. Disponível em: < www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0195670125000568 >. Acesso em: 19 maio 2025.

CARTER, Charlotte et al. Real-World Effectiveness of Biologic Therapy in Allergic Bronchopulmonary Aspergillosis. **The Journal of Allergy and Clinical Immunology: In Practice**, v. 13, n. 5, p. 1094-1102.e1, 2025. Disponível em: <www.sciencedirect.com/science/article/pii/S2213219825002533>. Acesso em: 21 maio 2025.

SARKAR, Argha; RANGEL, Drauzio E. N.; OSHEROV, Nir. Leading developments in basic research on aspergillosis and mucormycosis. **Fungal Biology**, v. 129, n. 4, p. 101574, 2025. Disponível em: <www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1878614625000406>. Acesso em: 19 maio 2025.

SCHELBERT, Erik B.; MESSROGHLI, Daniel R. State of the art: clinical applications of cardiac T1 mapping. **Radiology**, v. 278, n. 3, p. 658-676, 2016. Disponível em: <pubs.rsna.org/doi/abs/10.1148/radiol.2016141802>. Acesso em: 19 maio 2025.

SEGAL, Brahm H. Aspergillosis. **New England Journal of Medicine**, v. 360, n. 18, p. 1870-1884, 2009. Disponível em: <www.nejm.org/doi/abs/10.1056/NEJMra0808853 >. Acesso em: 22 maio 2025.

SEGAL, Brahm H.; WALSH, Thomas J. Current approaches to diagnosis and treatment of invasive aspergillosis. **American Journal of Respiratory and Critical Care Medicine**, v. 173, n. 7, p. 707-717, 2006. Disponível em: <<https://www.atsjournals.org/doi/full/10.1164/rccm.200505-727SO>>. Acesso em: 22 maio 2025.

TANAKA, Jun et al. Clinical Characteristics of Difficult-To-Treat Allergic Bronchopulmonary Aspergillosis and Its Prediction Score. **Allergy**, 2025. Disponível em: < onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/all.16559 >. Acesso em: 20 maio 2025.

AVANÇOS NO DIAGNÓSTICO DA PNEUMONIA POR PNEUMOCYSTIS JIROVECI: DESAFIOS ATUAIS.

Ana Carolina de Souza Rocha

Acadêmica, Centro Universitário FAEMA - UNIFAEMA,
e-mail: anacarolinadesouzarocha@gmail.com

Géssica Pereira Rios

Acadêmica, Centro Universitário FAEMA - UNIFAEMA,
e-mail: gessica.53137@unifarma.edu.br

Jamilly Monteiro Vieira Cassiano

Acadêmica, Centro Universitário FAEMA - UNIFAEMA,
e-mail: monteirojamilly1808@gmail.com

Cleidiane dos Santos Orssatto

Docente, Centro Universitário FAEMA - UNIFAEMA,
e-mail: correspondência cleidiane.orssatto@unifaema.edu.br

Taline Canto Tristão

Doutora, professora, pesquisadora, Centro Universitário FAEMA - UNIFAEMA,
e-mail: Taline.canto@unifaema.edu.br

O *Pneumocystis jirovecii* é um fungo oportunista responsável por quadro de pneumonia grave em pacientes imunocomprometidos. Embora esse quadro clínico seja frequente nessa população, o diagnóstico é difícil, devido à impossibilidade de cultivo em laboratório do agente etiológico e, à baixa sensibilidade dos métodos tradicionais de coloração para o exame direto. Técnicas moleculares, como PCR, LAMP e testes imunológicos, têm surgido como alternativas mais eficazes e menos invasivas. O diagnóstico precoce é crucial para reduzir a mortalidade, especialmente com o aumento da incidência entre pacientes HIV-negativos em uso de imunossuppressores. Este estudo visou analisar os métodos atuais de diagnóstico da pneumonia por *Pneumocystis jirovecii* (PCP), destacando suas limitações, e apresentar abordagens e tecnologias emergentes que podem melhorar a acurácia do diagnóstico. Para a realização deste estudo, foi empregada uma revisão bibliográfica de literaturas científicas relevantes, obtidas por meio de bases de dados reconhecidas, como PubMed e Google Acadêmico, no intervalo de tempo compreendido entre 2020 e 2025. A busca foi realizada utilizando os seguintes termos: “*Pneumocystis jirovecii*”, “imunocomprometidos”, “diagnóstico molecular”, “PCR e LAMP” e “pneumonia oportunista”. A doença em questão é denominada pneumonia por *Pneumocystis jirovecii* (PCP), sendo o agente etiológico identificado como o fungo oportunista *Pneumocystis jirovecii*. Os estudos analisados demonstraram que os métodos tradicionais de diagnóstico da PCP apresentam baixa sensibilidade e são limitados pela impossibilidade de cultivo do patógeno. Técnicas moleculares, como PCR e LAMP, mostraram-se mais sensíveis e menos invasivas. Testes imunológicos, como a dosagem de β -D-glucana, servem como apoio diagnóstico, embora apresentem baixa especificidade. Observou-se ainda um aumento da incidência de PCP em pacientes HIV-negativos, ressaltando a importância do diagnóstico precoce e preciso. O diagnóstico da PCP ainda enfrenta desafios significativos devido à impossibilidade de cultivo do patógeno e à baixa sensibilidade das colorações tradicionais. Métodos moleculares como PCR e LAMP têm se mostrado mais sensíveis e menos invasivos, embora a PCR ainda enfrente limitações quanto à distinção entre colonização e infecção ativa. Testes imunológicos, como a dosagem de β -D-glucana, oferecem suporte diagnóstico, mas carecem de especificidade. A crescente incidência de PCP em pacientes HIV-negativos destaca necessidade de estratégias diagnósticas mais eficazes e precoces. O avanço de técnicas moleculares e imunológicas representa um progresso importante no diagnóstico da PCP, especialmente diante do aumento de casos em pacientes imunodeprimidos HIV-negativos. A

incorporação dessas ferramentas pode melhorar a acurácia diagnóstica, permitir intervenções mais precoces e reduzir a mortalidade associada à doença.

Palavras-chave: *Pneumocystis jirovecii*; immunocompromised individuals. molecular diagnosis; PCR and LAMP; opportunistic pneumonia.

Referências

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância Epidemiológica. **Manual de diagnóstico dos agentes oportunistas:** parasitos intestinais e *Pneumocystis jirovecii*. Brasília: Ministério da Saúde, 2010. Disponível em:

https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_diagnostico_agentes_oportunistas_parasitos_intestinais_pneumocystis_jirovecii.pdf. Acesso em: 16 maio 2025.

IBRAHIM, Atif et al. *Pneumocystis jirovecii* Pneumonia: A Review of Management in Human Immunodeficiency Virus (HIV) and Non-HIV Immunocompromised Patients. **Avicenna Journal of Medicine**, v. 13, p. 23–34, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1055/s-0043-1764375>. Acesso em: 16 maio 2025.

MERCK SHARP & DOHME CORP. *Pneumonia por Pneumocystis jirovecii*. In: **Manual MSD – Versão Profissional**. [S.l.]: Merck Sharp & Dohme Corp., [2023]. Disponível em: <https://www.msdmanuals.com/pt/profissional/dist%C3%BArbios-pulmonares/pneumonia/pneumonia-por-pneumocystis-jirovecii>. Acesso em: 15 maio 2025.

MORRIS, Alison; NORRIS, Karen A. Diagnosing *Pneumocystis jirovecii* pneumonia: A review of current methods and novel approaches. **Journal of Fungi**, [S. l.], v. 6, n. 1, p. 13, 2020. Disponível em: <https://watermark.silverchair.com/myaa024.pdf>. Acesso em: 29 abril 2025.

PERNICA, Pedro Henrique Mestrinho. **Pneumocistose, uma infecção oportunista**. 2023. Dissertação (Mestrado Integrado em Medicina) – Faculdade de Ciências da Saúde, Universidade da Beira Interior, Covilhã, 2023. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/590877941.pdf>. Acesso em: 29 abril 2025.

RIBEIRO, Isabela Candeloro; OKAWA, Humberto Yujiro; SOUZA, Caio Mariano Dias de; FERNANDES, Leonardo Madeira Braga; OLIVEIRA, Luciana Ferreira de. Pneumocistose no paciente imunocomprometido. **Caminhos da Clínica**, Volta Redonda, v. 3, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.47385/camclin.4593.3.2024>. Acesso em: 13 maio 2025.

SENÉCAL, Julien et al. Non-invasive diagnosis of *Pneumocystis jirovecii* pneumonia: a systematic review and meta-analysis. **Clinical Microbiology and Infection**, v. 28, n. 1, p. 23–30, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.cmi.2021.08.017>. Acesso em: 16 maio 2025.

MURCOMICOSE: UMA INFECÇÃO OPORTUNISTA GRAVE E EMERGENTE

Ingrid Jeanine Moreira Padanoski

Discente, Centro Universitário FAEMA - UNIFAEMA,
e-mail: ingridpadanoski93@gmail.com.

Iaminy Kettlin Lopes Silva

Discente, Centro Universitário FAEMA - UNIFAEMA,
e-mail: iaminy.51073@unifaema.edu.br

Elza Lorryne Vital

Discente, Centro Universitário FAEMA - UNIFAEMA,
e-mail: elzalorryne2003@gmail.com.

Jamylla Romero

Farmacêutica,
e-mail: jamyllaromero15@gmail.com

Taline Canto Tristão

Coordenadora de Farmácia, Centro Universitário FAEMA - UNIFAEMA,
e-mail: taline.canto@unifaema.edu.br.

A mucormicose é uma infecção fúngica rara e agressiva, causada principalmente por fungos da ordem Mucorales, como *Rhizopus*, *Mucor* e *Rhizomucor*. Outros gêneros, incluindo *Actinomucor*, *Apophysomyces* e *Lichtheimia*, também podem estar envolvidos (Liang; Xu; Luo; Qu, 2024). Este estudo, baseado em revisão bibliográfica de artigos publicados entre 2020 e 2025 (Google Acadêmico e PubMed), descreve as características patológicas, sintomas, diagnóstico e tratamento dessa doença. A mucormicose é marcada pela invasão fúngica de vasos sanguíneos, levando à obstrução do fluxo sanguíneo, necrose tecidual e risco de complicações graves, como cegueira, infecção cerebral e falência múltipla. A mortalidade varia entre 40% e 80%, dependendo da forma clínica e do estado imunológico do paciente (Prakash; Chakrabarti, 2021). As principais formas incluem: mucormicose rinocerebral: afeta o nariz, seios nasais, olhos e cérebro. É a forma mais comum da doença, frequentemente associada a diabetes mellitus descompensada. Os sintomas incluem congestão nasal, dor facial, febre, inchaço ao redor dos olhos, visão turva e necrose dos tecidos nas áreas afetadas (Junqueira et al., 2022). Mucormicose pulmonar: compromete os pulmões e é mais prevalente em pacientes imunocomprometidos. Os sintomas incluem tosse, febre, falta de ar e, em casos graves, hemorragia pulmonar. Mucormicose cutânea: ocorre quando os esporos do fungo entram no corpo através de feridas na pele. Pode causar úlceras, necrose e, em casos mais graves, disseminação para ossos e músculos. Mucormicose gastrointestinal: uma forma rara que afeta o trato digestivo, especialmente em pacientes com diabetes descompensada ou que utilizam medicamentos imunossupressores. Os sintomas incluem dor abdominal, náuseas, vômitos e sangramento gastrointestinal. Mucormicose disseminada: a forma mais grave, ocorre quando a infecção se espalha para outros órgãos através da corrente sanguínea, como coração, rins e cérebro. Os sintomas podem variar conforme os órgãos afetados e incluem febre, dor de cabeça, alterações no estado mental e falência de múltiplos órgãos. O diagnóstico precoce é crucial, pois a doença pode evoluir rapidamente e ser fatal, podendo ser feito por meio de exames de imagem como, por exemplo, a tomografia e a ressonância magnética que ajudam a identificar lesões necróticas e invasão vascular (Junqueira et al., 2022). E, de forma laboratorial, podendo ser: Por microscopia direta, usando KOH 10% a 40%, onde será identificado as características morfológicas do fungo, sendo elas: hifas largas, não septadas e ramificadas em ângulos irregulares (Junqueira et al., 2022). Através de cultura em meio de Sabouraud. Por métodos moleculares como o PCR e o sequenciamento genético (Bernard; Colombo, 2020). E, através de biópsia tecidual com coloração por HE ou Metenamina de Prata

para evidenciar invasão fúngica e necrose (Brown et al., 2025). O tratamento da mucormicose requer uma abordagem integrada, incluindo cirurgia agressiva para remoção de tecidos infectados, antifúngicos sistêmicos (como a anfotericina B), controle do nível de glicose em pacientes diabéticos e cuidados com medicamentos imunossupressores (Liang; Xu; Luo; Qu, 2024). A duração do tratamento é variável, mantido até a resolução completa dos sintomas, normalização de exames e recuperação imunológica. Diretrizes destacam a urgência em iniciar terapia imediatamente, mesmo sem confirmação laboratorial prévia. No Brasil, o SUS disponibiliza a anfotericina B mediante avaliação de casos conforme protocolos clínicos. Procedimentos cirúrgicos variam de técnicas invasivas a métodos menos invasivos, dependendo da gravidade e local da infecção (Robeiro et al., 2023).

Palavra-chave: mucormycosis; epidemiology and diagnosis of mucormycosis; treatment of mucormycosis.

Referências

BENARD, G.; COLOMBO, A. L. Mucormicose no Brasil: epidemiologia, diagnóstico e tratamento. **Jornal Brasileiro de Pneumologia**, v. 46, n. 1, 2020.

BROWN, Lottie et al. Diagnóstico de mucormicose por PCR em pacientes de risco: uma revisão sistemática e meta-análise. **EC Clinical Medicine**, v. 81, 2025.

JUNQUEIRA, Júlia Teixeira de Souza et al. A Mucormicose: aspectos epidemiológicos, métodos diagnósticos e condutas terapêuticas: Mucormycosis: epidemiological aspects, diagnostic methods and therapeutic conduct. **Brazilian Journal of Development**, v. 8, n. 12, p. 80955-80968, 2022.

LIANG, Mei; Xu, Jian; LUO, Yanan; QU, Junyan. Epidemiology, pathogenesis, clinical characteristics, and treatment of mucormycosis: a review. **Anais de medicina**, v. 56, n. 1, 2396570, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/07853890.2024.2396570>

PRAKASH, Hariprasath; CHAKRABARTI, Arunaloke. Epidemiologia da Mucormicose na Índia. **Microorganisms**, v. 9, n. 3, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/microorganisms9030523>

RIBEIRO, A. B. O. F.; MELO, M. E. A. de; RIBEIRO, M. O. F.; CARDOSO, A. M. Interface entre mucormicose e COVID-19. **Revista Brasileira Militar De Ciências**, [S. l.], v. 9, n. 23, 2023. DOI: 10.36414/rbmc.v9i23.150. Disponível em: <https://rbmc.org.br/rbmc/article/view/150>.

CONTROLE DE QUALIDADE EM COMPRIMIDOS DE HIDROCLOROTIAZIDA: ASPECTOS E APLICAÇÕES DE ENSAIOS DE RESISTÊNCIA MECÂNICA

Nicole Soares Almeida

Acadêmica de Farmácia, Centro Universitário FAEMA – UNIFAEMA,
e-mail: nicole.50311@unifaema.edu.br

Stefani Alves de Oliveira

Acadêmica de Farmácia, Centro Universitário FAEMA – UNIFAEMA,
e-mail: stefani.51135@unifaema.edu.br

Tais Regina de Oliveira Rossoni

Acadêmica de Farmácia, Centro Universitário FAEMA – UNIFAEMA,

Jociel Honorato de Jesus

Docente, Centro Universitário FAEMA – UNIFAEMA,
e-mail: jociel.honorato@unifaema.edu.br

O controle de qualidade de medicamentos garante segurança, eficácia, qualidade e a credibilidade do medicamento para o consumidor. Considerando que as indústrias farmacêuticas representam uma inegável potência econômica dentro do setor, o controle e gestão de qualidade vem se destacando como um fator determinante de competitividade e permanência no mercado farmacêutico (Rocha; Galende, 2014). O objetivo deste trabalho foi avaliar a resistência mecânica de comprimidos de hidroclorotiazida 25 mg, através dos testes de dureza e friabilidade, identificando possíveis riscos relacionados à qualidade do medicamento. O medicamento escolhido para ser submetido a esses testes foi a hidroclorotiazida 25mg, genérico, lote B23H2074. A metodologia consistiu na realização dos testes de dureza e friabilidade, foram realizados pelo durômetro manual e friabilômetro respectivamente, e seguiram os procedimentos descritos na farmacopeia brasileira 6ª edição, sendo todos os testes realizados em triplicata. A hidroclorotiazida é um medicamento diurético, utilizado no tratamento de hipertensão arterial e inchaço causados por problemas cardíacos e renais. Esse medicamento pertence às substâncias tiazidas, que atuam diretamente sobre os rins na reabsorção de eletrólito, aumentando a eliminação de sódio e de cloreto via urina (Hidroclorotiazida, 2016). O medicamento possuía uma cartela com 30 comprimidos, coloração branca, formato circular, planos, sem revestimento e metade apresentava o sulco. Todos os comprimidos estavam isentos de rachaduras ou material estranho. O teste de resistência mecânica, visa demonstrar a resistência dos comprimidos à ruptura provocada por quedas ou fricção. A farmacopeia dispõe que nenhum comprimido pode apresentar-se, ao final do teste, quebrado, lascado, rachado ou partido. O resultado da média feita a partir do teste de dureza foi de 19 N. Em um estudo realizado por Minakawa et al. (2010), ao realizar o teste em hidroclorotiazida de 25mg encontrou valores entre 26,3 e 30N, valores superiores ao identificado no presente trabalho. Mas segundo a farmacopeia brasileira o resultado do teste é somente informativo. No teste de friabilidade os comprimidos analisados tiveram uma perda de 0,30% do seu peso inicial, valor dentro do padrão, visto que a farmacopeia declara que são considerados aceitáveis os comprimidos com perda igual ou inferior a 1,5% do seu peso. Esses testes são importantes para garantir a integridade do comprimido, logo sua segurança pois causa prejuízos na terapia, devido a perda de parte do princípio ativo, comprometendo a eficácia (Krauser et al., 2020). Segundo Rosa (2013), desvios dessa natureza podem estar relacionados a compressão dos comprimidos, má formação dos grânulos ou o processo de produção com um todo, resultando em comprimidos extremamente frágeis e sem resistência. O processo de produção industrial utiliza de máquinas complexas e grande número de funcionários, sendo assim para garantir a segurança deve se ter implantada uma política de Gestão da Qualidade Farmacêutica,

avaliando sempre toda a etapa de produção, desde a matéria prima até o medicamento finalizado (Rocha; Galende, 2014). Os testes de dureza e friabilidade demonstraram que os comprimidos avaliados apresentaram resistência mecânica satisfatória, conforme os parâmetros farmacopeicos. Assim, reforça-se a importância do controle de qualidade na garantia da segurança e eficácia dos medicamentos.

Palavras-chave: qualidade, comprimido, resistência.

Referências

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Farmacopeia Brasileira**. 6. ed. v. 1. Brasília: Anvisa, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/farmacopeia/farmacopeia-brasileira/VOLUME1FB6at2Erratappdfcomcapa.pdf>. Acesso em: 01 maio 2025.

HIDROCLOROTIAZIA. **Bula do medicamento**. Goiás: Brainfarma Indústria Química e Farmacêutica S.A., 2016. Disponível em: <https://www.neoquimica.com.br/genericos/bula/hidroclorotiazida>. Acesso em: 10 maio 2025.

KRAUSER, Débora Cristina *et.al*. Avaliação da qualidade de comprimidos dispensados em uma farmácia pública do Noroeste do Rio Grande do Sul. **Revista Contexto & Saúde**, Ijuí: Editora Unijuí, v. 20, n. 38, p. 94–100, 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.21527/2176-7114.2020.38.94-100>. Acesso em: 06 maio 2025.

MINAKAWA, Alyne Fernanda Klesse; GIANOTTO, Elizabeth Aparecida dos Santos; NERY, Marlene Fregonezi. **Avaliação de hidroclorotiazida em formulações farmacêuticas**. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, Departamento de Ciências Farmacêuticas. Trabalho apresentado no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC/Fundação Araucária. Disponível em: <https://anais.unicentro.br/xixeaic/pdf/2499.pdf>. Acesso em: 06 maio 2025.

ROCHA, Tiago Galdino; GALENDE, Sharize Betoni. A importância do controle de qualidade na indústria farmacêutica. **Uningá Review**, v. 20, n. 2, 2014. Disponível em: <https://revista.uninga.br/uningareviews/article/view/1593>. Acesso em: 01 maio 2025.

ROSA, Bruna Estefanelo da. **Desvios de qualidade detectados em medicamentos da Farmácia Escola da UFRGS**. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Farmácia) – Faculdade de Farmácia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/152793/000905012.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 06 maio 2025.

PARACOCCIDIOIDOMICOSE: IDENTIFICAÇÃO MICROSCÓPICA, DIAGNÓSTICO LABORATORIAL E ABORDAGEM TERAPÊUTICA DA INFECÇÃO POR PARACOCCIDIOIDES BRASILIENSIS

Geandra Nascimento da Silva

Acadêmica de Farmácia, Centro Universitário FAEMA – UNIFAEMA

Natália Pereira Ribeiro

Acadêmica de Farmácia, Centro Universitário FAEMA-UNIFAEMA

Dr. Diego Santos Fagundes

Professor pesquisador, Centro Universitário FAEMA-UNIFAEMA,

e-mail: profdiego@gmail.com

Dra. Taline Canto Tristão

Professora pesquisadora do Centro Universitário FAEMA-UNIFAEMA,

e-mail: proftaline@gmail.com

A paracoccidiodomicose (PCM) é uma infecção fúngica sistêmica causada por espécies do gênero *Paracoccidioides*, sendo o *P. brasiliensis* o mais comum, com predominância na América Latina, especialmente no Brasil (Ramos-e-Silva; Saraiva, 2008). Propõe-se a observar que a doença pode acometer pulmões, mucosas, pele, linfonodos e, em casos graves, o sistema nervoso central, sendo caracterizada por sua natureza dimórfica, apresentando forma micelial a 25 °C e forma leveduriforme a 37 °C (Wanke; Aidê, 2009). Este estudo foi desenvolvido por meio de uma pesquisa qualitativa, com revisão bibliográfica de artigos científicos publicados nos sites Pub Med e ScienceDirect, entre os anos de 2008 e 2025 com propósito de explorar o conhecimento e divulgar informações sobre a PCM. Foram destacados sinais e sintomas como tosse, dispneia, escarro e lesões ulceradas orais em “formato de amoreira”, além da produção elevada de IgA, IgE e IgG4 nas formas aguda e subaguda, como resposta à ativação dos linfócitos B (Peçanha, 2022). Também foram descritas características patológicas como lesões ulcerativas profundas na língua e úlceras gengivais com pontos hemorrágicos, frequentemente observadas na forma crônica da doença (Hahn et al., 2022). As formas clínicas são divididas em aguda/subaguda, mais comum em adolescentes, adultos e jovens, caracterizada por linfonodomegalias, hepatoesplenomegalia e sintomas sistêmicos como febre, emagrecimento e anemia, e a forma crônica, mais prevalente em homens adultos, com evolução lenta e manifestações pulmonares, mucosas e cutâneas (Cordova; Torres, 2022). O fungo *P. brasiliensis* está presente no solo, que funciona como reservatório ativo de seus propágulos. As espécies de *Paracoccidioides* spp. habitam em ambientes complexos, onde há a presença de predadores ameboides, o que contribui para o aumento da virulência do fungo. É comumente encontrado em locais de umidade média a alta como tocas de animais (Marques, 2012). A contaminação do fungo ocorre principalmente pela inalação dos esporos presentes no solo, sendo a exposição é aumentada com atividades que envolvem manejo da terra, como plantações, terraplanagem, jardinagem e construções, afetando principalmente moradores de áreas rurais e agricultores (Marques, 2012). Portanto, é evidente que a PCM é uma micose sistêmica de grande relevância para a saúde pública latino-americana, e o conhecimento aprofundado sobre suas formas clínicas, manifestações morfológicas e evolução é essencial para a compreensão da doença, além de contribuir significativamente para o contexto clínico e epidemiológico.

Palavras-chave: paracoccidiodomicose; fungo; doença.

Referências

CORDOVA, Leopoldo A.; TORRES, Jaime. **Paracoccidioidomycosis**. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/books/NBK563188/>. Acesso em: 15 maio 2025.

HAHN, Rosane Christine et al. Paracoccidioidomycosis: Current Status and Future Trends. **Clinical Microbiology Reviews**, v. 35, n. 4, 21 dez. 2022. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/36074014/>. Acesso em: 15 maio 2025.

MARQUES, Sílvio Alencar. Paracoccidioidomycosis. **Clinics in Dermatology**, v. 30, n. 6, p. 610–615, 1 nov. 2012. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0738081X12000363?via%3Dihub>. Acesso em: 15 maio 2025.

PEÇANHA, Paulo Mendes et al. Paracoccidioidomycosis: What We Know and What Is New in Epidemiology, **Diagnosis, and Treatment**. **Journal of Fungi**, v. 8, n. 10, p. 1098, 18 out. 2022. Disponível em: < <https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC9605487/> >. Acesso em: 15 maio 2025.

RAMOS-E-SILVA, Márcia; SARAIVA, Luciana DO Espírito Santo. Paracoccidioidomycosis. **Dermatologic Clinics**, v. 26, n. 2, p. 257–269, abr. 2008. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0733863507001374?via%3Dihub>. Acesso em: 15 maio 2025.

WANKE, Bodo; AIDÊ, Miguel Abidon. Paracoccidioidomicose. **Jornal Brasileiro de Pneumologia**, v. 35, n. 12, p. 1245–1249, dez. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/jbpneu/a/4t99kvLdzwQF8L9g95xXTNv/>. Acesso em: 15 maio 2025.

IMPORTÂNCIA DA CULTURA HEMATOLÓGICA PARA O DIAGNÓSTICO DE FUSARIOSE EM PACIENTES IMUNOSSUPRIMIDOS

Thamirys Albuquerque

Acadêmica de Farmácia, Centro Universitário FAEMA – UNIFAEMA,
e-mail: thami.albuquerque@outlook.com

João Victor Teixeira

Acadêmico de Farmácia, Centro Universitário FAEMA – UNIFAEMA,

Laio Maturana

Acadêmico de Farmácia, Centro Universitário FAEMA – UNIFAEMA,

Dra. Rosiele Alves Chiaratto

Docente, Centro Universitário FAEMA – UNIFAEMA,

Dra. Taline Canto Tristão

Docente, Centro Universitário FAEMA – UNIFAEMA,

e-mail: taline.tristao@unifaema.edu.br

A fusariose é uma infecção fúngica emergente, causada por espécies do gênero *Fusarium*, e representa um desafio clínico significativo, especialmente em pacientes imunossuprimidos (Guarro, 2013). Indivíduos em quimioterapia, submetidos a transplantes hematopoiéticos ou com neutropenia prolongada estão mais vulneráveis à infecção, que pode evoluir rapidamente de formas localizadas para quadros disseminados (Nucci; Anaissie, 2007). A transmissão ocorre por inalação, inoculação direta ou lesões cutâneas, sendo a disseminação hematogênica a manifestação mais comum em casos graves (Perlin et al., 2022). Este trabalho teve como objetivo destacar a importância da cultura hematológica como ferramenta diagnóstica na identificação precoce da fusariose em pacientes imunossuprimidos, contribuindo para a intervenção terapêutica oportuna e redução da mortalidade. A metodologia utilizada foi uma revisão integrativa da literatura, com consulta a artigos científicos publicados entre 2021 e 2023 nas bases PubMed, MDPI e Google Scholar, utilizando os descritores: “*fusariosis*”, “*diagnosis*”, “*immunosuppressed patients*” e “*blood culture*”. A literatura mostra que a fusariose disseminada possui elevada letalidade, superando 60% em pacientes com imunossupressão severa (Tortorano et al., 2014). A hemocultura apresenta positividade em até 40% dos casos, o que a diferencia de outras infecções fúngicas invasivas, nas quais a fungemia é rara (Guarro, 2013). Febre persistente e lesões cutâneas são sinais clínicos frequentes que, aliados ao isolamento do patógeno no sangue, favorecem o diagnóstico precoce (Tortorano et al., 2014). Observou-se que a cultura hematológica ainda é subutilizada, apesar de seu grande valor diagnóstico, a dificuldade na identificação precoce do *Fusarium spp.* está relacionada à sua parede celular espessa e impermeável, à capacidade de formar biofilmes e à alta variabilidade genética entre as cepas, o que dificulta sua eliminação pelo sistema imunológico e reduz a eficácia de antifúngicos (Perlin et al., 2022). Além disso, o patógeno apresenta resistência intrínseca a diversas classes de antifúngicos, tornando o diagnóstico e o início precoce do tratamento ainda mais cruciais (Tortorano et al., 2014). Dessa forma, a combinação de métodos como hemocultura, exame micológico direto, histopatologia e testes moleculares é recomendada para aumentar a sensibilidade diagnóstica (Tortorano et al., 2014; Nucci; Anaissie, 2007). Entende-se que a cultura hematológica deve ser valorizada como método complementar essencial, possibilitando intervenções rápidas e maior chance de sobrevida em pacientes imunocomprometidos.

Palavras-chave: fusariose; imunossuprimidos; cultura hematológica; diagnóstico fúngico; infecção oportunista.

Referências

GUARRO, Josep. Fusariosis: a complex infection caused by a high diversity of fungal species refractory to treatment. **European Journal of Clinical Microbiology & Infectious Diseases**, v. 32, n. 12, p. 1491–1500, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1007/s10096-013-1913-6>.

NUCCI, Marcio; ANAISSIE, Elias. Fusarium infections in immunocompromised patients. **Clinical Microbiology Reviews**, v. 20, n. 4, p. 695–704, 2007. DOI: <https://doi.org/10.1128/CMR.00014-07>.

PERLIN, David S. et al. Invasive fusariosis: new insights into an emerging fungal pathogen. **Clinical Microbiology Reviews**, v. 35, n. 1, p. e00059-21, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1128/cmr.00059-21>.

TORTORANO, Antonella M. et al. ESCMID and ECMM joint guidelines on diagnosis and management of hyalohyphomycosis. **Clinical Microbiology and Infection**, v. 20, p. 27–46, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1111/1469-0691.12465>.

TORTORANO, Antonella M. et al. Invasive fusariosis: a review of 233 cases from 40 centers worldwide. **Clinical Microbiology and Infection**, v. 20, n. 6, p. 580–587, 2014. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1198743X14600057>.

DERMATOFITOSE EM FOCO: PREVALÊNCIA, DIAGNÓSTICO E TRATAMENTO EFICAZ

Luciana Guimarães de Souza

Acadêmica de Farmácia do Centro Universitário FAEMA- UNIFAEMA,
e-mail: luciana.51897@unifaema.edu.br

Simone Coutrim Ferreira de Noronha

Acadêmica de Farmácia do Centro Universitário FAEMA- UNIFAEMA,
e-mail: simone.53505@unifaema.edu.br

Ma. Cleidiane dos Santos Orssatto

Professora do Centro Universitário FAEMA- UNIFAEMA,
e-mail: cleidiane.orssatto@unifaema.edu.br

Dra. Taline Canto Tristão

Professora Pesquisadora do Centro Universitário FAEMA- UNIFAEMA,
e-mail: taline.canto@unifaema.edu.br.

As dermatofitoses constituem infecções fúngicas resultantes da ação de fungos patogênicos, frequentemente levando ao desenvolvimento de lesões superficiais em animais, com ênfase em humanos. Essas micoses são predominantemente ocasionadas por fungos filamentosos capazes de invadir e metabolizar substratos queratinizados, incluindo pele, cabelos e unhas (Jartarkar et al., 2021). O grupo dos dermatófitos inclui 52 espécies de fungos queratinofágicos, organizadas em nove gêneros (Petrucelli et al., 2020). Entre eles, destacam-se *Trichophyton*, que afeta pele, cabelos e unhas; *Epidermophyton*, que ataca a pele; e *Microsporum*, que geralmente envolve pele e cabelos. O *Trichophyton rubrum* é o fungo mais isolado nas infecções de pés, corpo e unhas. Esses fungos são classificados em antropofílicos (transmitidos por humanos), zoofílicos (provenientes de animais) e geofílicos (associados ao solo) (Segal; Elad, 2021). Clinicamente, são categorizados segundo o local da infecção: *tinea capitis* (cabeça), *tinea faciei* (face), *tinea barbae* (barba), *tinea corporis* (corpo), *tinea manuum* (mãos), *tinea cruris* (virilha), *tinea pedis* (pés) e *tinea unguium* (unhas) (Segal; Elad, 2021). O objetivo dessa revisão literária é analisar e sintetizar as evidências disponíveis na literatura acerca da epidemiologia, patogênese, diagnóstico e opções terapêuticas para infecções fúngicas superficiais, destacando as principais espécies envolvidas, fatores de risco associados e os avanços recentes. Este trabalho trata-se de uma pesquisa bibliográfica, com abordagem qualitativa de caráter descritivo. A pesquisa foi realizada em base de dados como livros e artigos publicados nas plataformas Google Acadêmico, SCIELO (Scientific Electronic Library Online), PUBMED (National Library of Medicine), Sociedade Brasileira de Cefaleia e Acervo literário da Biblioteca Júlio Bordignon entre os anos 2021 a 2025. Os dermatófitos conseguem persistir exclusivamente nas camadas cornificadas da epiderme (Petrucelli et al., 2020). As queratinases produzidas por esses fungos têm atividade ideal em pH levemente ácido nos estágios iniciais da infecção, enquanto nas fases posteriores, a máxima atividade ocorre em pH elevado, mostrando a capacidade dos fungos de se adaptarem às mudanças no pH ambiental (Deng; Wang; Li, 2023). A incidência das dermatofitoses é mais elevada em países tropicais e subtropicais, como a Índia. A urbanização crescente e o uso de calçados oclusivos aumentam a prevalência dessas infecções (Jartarkar et al., 2021). Nos últimos anos, houve um aumento na incidência mundial de infecções dermatofíticas, afetando cerca de 20-25% da população (Gaba et al., 2024). Os métodos convencionais para diagnóstico incluem análise de colônias e morfologia microscópica. Os métodos moleculares envolvem extração de DNA e técnicas como PCR com alta sensibilidade (Petrucelli et al., 2020). O tratamento sistêmico da *Tinea Capitis* e *Tinea Barbae* é essencial, com griseofulvina, melhor absorvida com alimentos gordurosos. Outros antifúngicos incluem terbinafina, itraconazol e fluconazol, com corticosteroides em casos inflamatórios. *Tinea*

Corporis, Cruris, Faciei e Pedis são tratadas com antifúngicos tópicos. Para casos extensos ou inflamatórios, podem ser usados cetoconazol ou triazóis como adjuvantes. *Tinea Unguium* é preferencialmente tratada com terbinafina oral e aplicações tópicas de tioconazol ou amorolfina. Aplicações tópicas são recomendadas por pelo menos 6 meses (Ayatollahi Mousavi et al., 2023). Em conclusão, as dermatofitoses representam um desafio de saúde pública em regiões tropicais e subtropicais, exigindo compreensão da epidemiologia e tratamento para prevenir e manejar infecções fúngicas. A pesquisa e a conscientização são fundamentais para reduzir sua incidência e melhorar a qualidade de vida.

Palavras-chave: dermatofitose;. infecções fúngicas; fungos patogênicos; diagnóstico; tratamento antifúngico;

Referências

DENG, Ruixin; WANG, Xiaowen; LI, Ruoyu. Dermatophyte infection: from fungal pathogenicity to host immune responses. **Frontiers in Immunology**, v. 14, p. 1285887, 2023. Disponível em:

<https://www.frontiersin.org/journals/immunology/articles/10.3389/fimmu.2023.1285887>.

Acesso em: 19 de maio de 2025.

GABA, Sakishi et al. Clinicomycological Pattern of Dermatophytosis in Odisha, a Coastal State of Eastern India. **Indian Journal of Dermatology**, v. 69, n. 4, p. 306–311, 2024. Disponível em:

https://journals.lww.com/ijd/fulltext/2024/07000/clinicomycological_pattern_of_dermatophytosis_in.5.aspx . Acesso em: 19 de maio de 2025.

JARTARKAR, Shishira R. et al. Pathogenesis, Immunology and Management of Dermatophytosis. **Journal of Fungi**, v. 8, n. 1, pág. 39, 2021. Disponível em: <https://www.mdpi.com/2309-608X/8/1/39>. Acesso em: 19 de maio de 2025.

MOUSAVI, Seyed Amin Aiatolá et al. Advances of liposomal mediated nanocarriers for the treatment of dermatophyte infections. **Heliyon**, v. 9, n. 8, p. e18960, 2023. Disponível em: [https://www.cell.com/heliyon/fulltext/S2405-8440\(23\)06168-6](https://www.cell.com/heliyon/fulltext/S2405-8440(23)06168-6) . Acesso em: 19 de maio de 2025.

PETRUCCELLI, Monise Fazolin et al. Epidemiology and Diagnostic Perspectives of Dermatophytoses. **Journal of Fungi**, v. 6, n. 4, p. 310, 2020. Disponível em: <https://www.mdpi.com/2309-608X/6/4/310>. Acesso em: 19 de maio de 2025.

SEGAL, Esther; ELAD, Daniel. Human and zoonotic dermatophytosis: epidemiological aspects. **Frontiers in Microbiology**, v. 12, p. 713532, 2021. Disponível em: <https://www.frontiersin.org/articles/10.3389/fmicb.2021.713532/full>. Acesso em: 19 de maio de 2025.

ONICOMICOSE: A INFECÇÃO SILENCIOSA QUE COMPROMETE A SAÚDE DAS UNHAS – ETIOLOGIA, PATOGÊNESE E TRATAMENTO

Letícia Costa Lachovski

Acadêmica de Farmácia, Centro Universitário FAEMA – UNIFAEMA,
e-mail: leticiacostalachovski@gmail.com

Sabrina de Jesus Sobrinho

Acadêmica, Centro Universitário FAEMA – UNIFAEMA,
e-mail: sabrinaasobrinho@gmail.com

Sandra Regina Gomes

Acadêmica de Farmácia, Centro Universitário FAEMA – UNIFAEMA,
e-mail: sandrafarmacia87@gmail.com

Valquiria Melo

Acadêmica de Farmácia, Centro Universitário FAEMA – UNIFAEMA,
e-mail: farmavalquiriamelo@gmail.com

Taline Canto Tristão

Docente, Centro Universitário FAEMA – UNIFAEMA,
e-mail: taline.tristao@unifaema.edu.br

A onicomicose é uma infecção fúngica crônica, que compromete a integridade das unhas, causando desconforto, alterações estéticas e impacto na qualidade de vida dos pacientes. A lâmina ungueal é a parte visível da unha, é composta de queratina, desempenha funções de proteção da ponta dos dedos, prensão e sensibilidade. Causada por diversos agentes fúngicos e demais fatores, sua manifestação clínica varia conforme o padrão de invasão e progressão da infecção, sendo mais prevalente em adultos, especialmente entre 36 e 60 anos. Estudos indicam que 77% dos pacientes diagnosticados são mulheres. Além das dificuldades no diagnóstico, devido à semelhança com outras doenças ungueais, a onicomicose apresenta alta taxa de recorrência, exigindo um tratamento eficaz e personalizado. Descrever a onicomicose, agentes etiológicos, bem como o processo patogênese e tratamento. Para a realização deste estudo, foi conduzida uma revisão bibliográfica baseada em artigos científicos disponíveis no Google Acadêmico e PubMed. A onicomicose pode ser causada por diferentes fungos, que variam conforme a região e o clima. Os dermatófitos são os agentes mais comuns, como *Trichophyton rubrum* e *T. mentagrophytes*, afetando principalmente os pés e, em menor proporção, as mãos. Já os fungos não dermatófitos, que representam até 6% dos casos, incluem espécies como *Scytalidium dimidiatum*, *S. hyalinum*, *Scopulariopsis brevicaulis*, *Aspergillus sydowii* e *Onychocola canadenses* (Singal; Khanna, 2011). As leveduras como *Candida albicans* e *C. parapsilosis*, são responsáveis por aproximadamente a terceira causa mais comum de infecções fúngicas nas unhas. No entanto, essas infecções oportunistas só ocorrem quando há fatores predisponentes, como imunossupressão, diabetes mellitus e alterações na microbiota natural das unhas (Piraccini; Alessandrini, 2015). A forma mais comum é a onicomicose subungueal distolateral (DLSO), caracterizada por hiperqueratose subungueal, onicólise e descoloração, podendo evoluir para dermatofitoma. Outras formas incluem a onicomicose subungueal proximal (PSO), que afeta a parte proximal da unha e está associada à imunossupressão; a onicomicose superficial (SO), a onicomicose endonyx (EO), onde o fungo invade diretamente a lâmina ungueal sem afetar o leito ungueal; e a onicomicose totalmente distrófica (TDO), estágio final da infecção, resultando em destruição completa da unha (Zaraa; Dehavay; Richert, 2024). Existindo também um subtipo de onicomicose, ocorre quando a invasão fúngica se desenvolve secundariamente a uma condição ungueal pré-existente não infecciosa, como trauma, psoríase ou líquen plano. As manifestações clínicas incluem hiperqueratose, descoloração ungueal, onicólise, manchas e estrias, tornando o diagnóstico mais complexo.

Essa apresentação é relativamente comum e exige uma avaliação cuidadosa para diferenciar a infecção fúngica das alterações ungueais primárias (Bermudez et al., 2023). Os antifúngicos orais são geralmente indicados para casos moderados a graves de onicomicose, enquanto os antifúngicos tópicos são recomendados para formas leves a moderadas, com maior segurança no uso (Gupta et al., 2024). O tratamento deve considerar fatores como o agente causador, o estado de saúde do paciente, idade, comorbidades e adesão ao tratamento, visto que a onicomicose é uma doença crônica com alta taxa de recorrência, exigindo planejamento para minimizar riscos após a terapia (Bermudez et al., 2023).

Palavras-chave: onicomicose; tratamento; unha; fungo; patogenia.

Referências

BERMUDEZ, Narges Maskan et al. Onychomycosis: Old and New. v. 9, n. 5, p. 559–559. Basileia, Suíça: **Journal of Fungi**, 2023.

GUPTA, Aditya K. *et al.* Global prevalence of onychomycosis in general and special populations: An updated perspective. v. 67, n. 4, p. e13725. Alemanha: **Mycoses** 2024.

PIRACCINI, Bianca Maria; ALESSANDRINI, Aurora. Onychomycosis: A Review. v. 1, n. 1, p. 30–43. Basileia, Suíça: **Journal of Fungi**, 2015.

SINGAL, Archana; KHANNA, Deepshikha. Onychomycosis: Diagnosis and management. 77, n. 6, p. 659. Indian: **Indian Journal of Dermatology**, Venereology and Leprology, 2011.

ZARAA, Inès; DEHAVAY, Florença; RICHERT, Bertrand. Onychomycosis. v. 43, p. 101638–101638. **Hand surgery & rehabilitation**, 2024.

PITIRÍASE VERSICOLOR: ASPECTOS CLÍNICOS, ETIOLÓGICOS E ABORDAGENS TERAPÊUTICAS

Nicole Soares Almeida

Acadêmica de Farmácia, Centro Universitário FAEMA - UNIFAEMA
e-mail: nicole.50311@unifaema.edu.br

Stefani Alves de Oliveira

Acadêmica de Farmácia, Centro Universitário FAEMA - UNIFAEMA
e-mail: stefani.51135@unifaema.edu.br

Tais Regina de Oliveira Rossoni

Acadêmica de Farmácia, Centro Universitário FAEMA - UNIFAEMA
e-mail: tais.50918@unifaema.edu.br

Ma. Cleiciainara Bagio Lovo

Docente, Centro Universitário FAEMA - UNIFAEMA
e-mail: cleiciainara.bagio@unifaema.edu.br

Dra. Taline Canto Tristão

Docente pesquisadora, Centro Universitário FAEMA – UNIFAEMA
e-mail: taline.tristão@unifaem.edu.br

A Pitíriase Versicolor, popularmente conhecido como “Pano Branco” é uma infecção fúngica superficial causada por uma levedura lipofílica do gênero *Malassezia* parte da microbiota da pele, mas sob condições especiais pode se tornar patogênica, como aumento da umidade, transpiração excessiva, pacientes imunodeprimidos, predisposição genética, uso de anticoncepcionais orais, uso de corticosteroides, roupas oclusivas, uso de óleos ou hidratantes na pele e até composição química do sebo. Desse modo, o presente trabalho teve como objetivo apresentar uma revisão da literatura sobre essa micose, abordando seu agente etiológico, manifestações clínicas e estratégias terapêuticas. Buscando desmistificar a doença e promover a compreensão da infecção fúngica. A metodologia aplicada foi uma pesquisa bibliográfica. A busca por materiais foi realizada em bases de dados como Google Acadêmico, PubMed e Scielo de 2020 a 2025, utilizando como palavras chaves: “Pitiriasis Versicolor”, “White Pano” e “Malassezia”. A *Malassezia furfur* quando associada à doença, apresenta-se na forma de levedura, com estrutura leveduriforme, presença de blastoconídios e hifas curtas e espessas, se reproduzindo de forma assexuada por brotamento unipolar. Esse fungo habita o folículo piloso sem causar doença, ou seja, já é presente em nosso corpo, onde por situações favoráveis para o seu crescimento causam a PV. A Pitíriase Versicolor ocorre mais em climas tropicais e afeta igualmente ambos os sexos, em sua maioria, os casos ocorrem em adultos e jovens após a puberdade, todavia não é incomum em crianças e idosos. Pacientes com pitíriase versicolor geralmente apresentam manchas assintomáticas hipopigmentadas ou hiperpigmentadas em formato circular, acompanhadas de descamação fina principalmente em áreas sebáceas do corpo, em alguns casos podem apresentar leve coceira, mas trata-se de uma infecção leve, não é considerada contagiosa. O diagnóstico é em grande parte clínico, baseado na observação das lesões características associadas a descamação fina e exame físico. No entanto, existem métodos adicionais que podem auxiliar na confirmação do diagnóstico, como exame microscópico e cultura fúngica, em casos que não é possível o diagnóstico clínico, o teste de preparação de hidróxido de potássio (KOH) pode ser realizado, biópsia da pele é raramente necessária para confirmação podendo, entretanto, ser útil em alguns casos, de apresentação atípica. O diagnóstico diferencial inclui, em particular, o vitiligo e a pitíriase alba. O tratamento envolve antifúngicos tópicos ou sistêmicos, com propriedades fungicidas ou fungistáticas. Terapias tópicas são o tratamento primário para PV, abrangendo agentes antifúngicos não específicos. Terapias sistêmicas podem ser usadas ocasionalmente. Medicamentos orais são vistos como

segunda linha de tratamento no caso de casos generalizados, graves, recorrentes ou resistentes e incluem cetoconazol, itraconazol e fluconazol. Sendo assim, a pitíriase versicolor é uma infecção fúngica superficial, causada pela proliferação da *Malassezia furfur* em sua forma de levedura, favorecida por fatores ambientais e fisiológicos. Apesar de ser uma condição benigna, sua apresentação clínica pode causar desconforto estético e, em alguns casos, leve prurido. Apesar de recorrente, a doença é leve, não contagiosa e de fácil manejo com a abordagem correta.

Palavras-chave: pitíriase versicolor; *Malassezia sp.*; pano branco.

Referências

BALDO, Erika Nascimento *et al.* Pitíriase versicolor: aspectos clínicos, diagnósticos e avanços no tratamento da infecção por *Malassezia spp.* **Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences**, 2024.

KARRAY, M. & MCKINNEY, W.P. **Tinea versicolor**. In: **StatPearls** [Internet]. StatPearls Publishing, 2022.

KURNIADI, I. et al. *Malassezia* virulence factors and their role in dermatological disorders. **Acta Dermatovenerolo-gica Alpina, Pannonica, et Adriatica**, v. 31, n. 2, p. 65-70, 2022.

PEREIRA, Renata Aparecida et al. Tinea versicolor: uma abordagem médica abrangente. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, 2023.

RUÍZ PÉREZ, Marisol; ROJAS CABALLERO, Julia Stephanie; DÍAZ MOLINA, Valeria Lyzzete; HIERRO OROZCO, Sagrario. **Pitiriasis versicolor en una topografía atípica**. Dermatología Cosmética, Médica y Quirúrgica, Ciudad de México, 2023.

SIQUEIRA, Gisele Canela de; MANCINI, Olga Parente; SIQUEIRA, Luciana Canela de; VILAÇA, Laura Lemos. **Pitíriase versicolor: diagnóstico, manejo e desafios terapêuticos**. In: Dermatologia e procedimentos estéticos. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora Pasteur, 2023. cap. 13.

SILVA, Bruna Karla Barbosa et al. Pitíriase versicolor: diagnóstico, manejo e desafios terapêuticos. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, 2020.

TEORIAS E FATORES DA APRENDIZAGEM: UM OLHAR INTEGRADO SOBRE O PROCESSO EDUCACIONAL

Katiuscia Carvalho de Santana

Mestre, Psicóloga, Docente no Centro Universitário FAEMA - UNIFAEMA,
e-mail: katiuscia.carvalho@unifaema.edu.br.

Os fatores que influenciam a aprendizagem podem ser classificados em diferentes categorias como: individuais, cognitivos, fatores sociais e culturais, ambientais e emocionais. O objetivo deste resumo é de apresentar uma síntese dos principais fatores que influenciam a aprendizagem, bem como destacar contribuições teóricas relevantes para a compreensão desse processo. A aprendizagem e o desenvolvimento integral do indivíduo, considerando suas capacidades cognitivas, emocionais, sociais e culturais. Lev Vygotsky destacou o papel do ambiente sociocultural e da mediação pedagógica, com a Zona de Desenvolvimento Proximal mostrando que o aprendizado ocorre em interação com outros. Jean Piaget – a aprendizagem como construção ativa do conhecimento, defendendo que o ensino respeite os estágios do desenvolvimento cognitivo infantil. Os resultados sugerem que compreender os estilos de aprendizagem dos alunos e promover a motivação intrínseca são fundamentais para a eficácia do processo educacional (Zoppo, 2024). Paulo Freire propôs uma educação crítica e transformadora, baseada no diálogo, na troca entre educador e educando e na valorização da realidade do aluno. Defendia uma relação horizontal entre educador e educando, marcada pelo diálogo e pela troca mútua, em oposição ao modelo tradicional de transmissão unilateral de conhecimento, que chamou de “educação bancária” (Freire, 1987). Howard Gardner ampliou a compreensão sobre as formas de aprender com sua teoria das inteligências múltiplas, propondo abordagens diversificadas que respeitem as particularidades de cada indivíduo, como a inteligência: Linguística, logico-mental, espacial, musical, corporal-cenestésica, interpessoal, intrapessoal, naturalista e existencial. Esses teóricos demonstram que a aprendizagem não é linear nem homogênea, mas sim resultado da interação entre aspectos internos e externos ao sujeito. Entender essas múltiplas dimensões é essencial para planejar práticas pedagógicas eficazes e inclusivas. Em conjunto, esses teóricos evidenciam que a aprendizagem é resultado da articulação entre fatores internos, como o desenvolvimento cognitivo e as inteligências, e fatores externos, como o meio social e o contexto cultural. Trata-se, portanto, de um processo dinâmico, interativo e situado. Ao considerar e equilibrar esses elementos, é possível potencializar o desempenho escolar e crescimento pessoal dos estudantes. Conclui-se que a aprendizagem deve ser compreendida como um fenômeno dinâmico, construído na relação entre o sujeito, seus saberes, seu desenvolvimento e o contexto em que está inserido.

Palavras-chave: aprendizagem, desenvolvimento cognitivo, mediação pedagógica, inteligências múltiplas, educação crítica.

Referências

AUSUBEL, D. P. A **aprendizagem significativa**: a teoria de Cleber Lopes, Aldemar Balbino da Costa e Beatriz Maria Zoppo (2024).

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GARDNER, H. **Estruturas da mente**: a teoria das inteligências múltiplas. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

PIAGET, J. **A epistemologia genética**. São Paulo: Martins Fontes, 1973.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

O PAPEL DA PSICOPEDAGOGIA NO ATENDIMENTO AO ALUNO AUTISTA: DESAFIOS E POSSIBILIDADES

Luziane da Silva

Graduanda em Psicologia, Centro Universitário FAEMA - UNIFAEMA,
e-mail: Luziane.51971@unifaema.edu.br

Neidiane Rodrigues Santiago Schwanz

Graduanda em Psicologia, Centro Universitário UNIFAEMA,
e-mail: Neidiane.53563@unifaema.edu.br

Katiuscia Carvalho de Santana

Mestre, Docente Centro Universitário UNIFAEMA,
e-mail: katiuscia.carvalho@unifaema.edu.br

Esse trabalho tem como objetivo demonstrar a importância do papel do psicopedagogo ao atendimento do aluno autista, bem como analisar as possibilidades mesmo em meio a alguns desafios. Foram apresentadas, de forma sucinta, algumas características da pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA), para facilitar a compreensão. Segundo Souza (2020), o TEA gera impacto nas áreas de socialização, comunicação de forma geral e expressão, alterando também os interesses e comportamentos sociais. Ao analisar crianças com TEA, se observam características distintas, que as particularizam, ao comparar com crianças neurotípicas (Sousa, 2020). É notável que o autismo carrega consigo um grande prejuízo social e escolar, tanto para a pessoa diagnosticada, como para suas famílias. Embora o diagnóstico possa alterar expectativas idealizadas sobre a vida da criança ou adolescente, o acompanhamento especializado e intervenções adequadas podem minimizar significativamente esses prejuízos. Dessa forma entende-se que é imprescindível a realização de intervenções específicas para favorecer a aprendizagem e a inclusão. A Lei 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Brasil, 2012), reforça a inclusão de alunos com TEA e, em seu Artigo 3º, pontua que esses alunos quando comprovado a necessidade, têm direito a um acompanhante, sendo essencial uma intervenção psicopedagógica, contudo, observa-se que na maioria dos casos, em ambientes escolares, o acompanhante atua como cuidador, o que pode acarretar em atraso no desenvolvimento do aluno autista. Prudente et al. (2025), relatam a importância da análise multidisciplinar no tratamento do autismo, terapeutas, educadores, psicólogos e outros profissionais exercem papéis fundamentais no planejamento, intervenções e acompanhamento. Assim, o psicólogo juntamente com o psicopedagogo pode auxiliar o professor na capacitação do acompanhante, garantindo que o aluno esteja integrado ao processo educativo e à convivência escolar. Conclui-se que a psicopedagogia tem grande influência no desenvolvimento escolar da criança e adolescente com TEA, trabalhando não apenas a alfabetização, mas também áreas neurológicas que atuam no aprendizado escolar desse indivíduo. Esse profissional pode atuar tanto na área escolar como na área clínica, propondo um ambiente acolhedor e atuando na alfabetização de crianças e adolescentes atípicos. Lopes (2011), ressalta que a psicopedagogia contribui significativamente com a formação continuada de professores e a ressignificação das práticas pedagógicas, ao pensar ações preventivas contra a exclusão social e escolar.

Palavras-chave: intervenção psicopedagógica; Aprendizagem. transtorno do espectro autista (TEA).

Referências

BRASIL. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 149, n. 249, p. 1, 28 dez. 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112764. . Acesso em: 13 maio 2025.

LOPES, Juliana Crespo. **A formação de professores para a inclusão escolar de estudantes autistas**: contribuições psicopedagógicas. 1. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 2011. 42 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Psicopedagogia Clínica e Institucional). Disponível https://bdm.unb.br/bitstream/10483/3523/1/2011_%20JulianaCrespoLopes.pdf. Acesso em: 13 maio 2025.

PRUDENTE, J. S.; FRANÇA, L. A.; CAVALCANTE, S. M.; BURGOS, M. S. Abordagem multidisciplinar no tratamento do autismo: desafios e estratégias terapêuticas. 1. ed. [S.l.]: **Revista FT**, 2025. v. 10, n. 2, p. 1-25. ISSN 1678-0817. DOI: 10.69849/revistaft/pa10202503151825. Disponível <https://revistaft.com.br/abordagem-multidisciplinar-no-tratamento-do-autismo-desafios-e-estrategias-terapeuticas/> . Acesso em: 13 maio 2025.

SOUZA, Isete da Silva. Autismo infantil: possibilidades de uma educação inclusiva através da psicopedagogia. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, 2021. v. 6, n. 12, p. 12, 2020. Disponível <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/517>. Acesso em: 13 maio 2025.

INTERSEÇÕES PSICANALÍTICAS SOBRE O LUTO, DE FREUD A KLEIN

Nathã Victor de Oliveira Bernardo

Acadêmico de Psicologia, Centro Universitário FAEMA - UNIFAEMA,
e-mail: nathabernardo12@gmail.com.

Katiuscia Carvalho de Santana

Mestra, Psicóloga, Docente, Centro Universitário FAEMA - UNIFAEMA,
e-mail: katiuscia.carvalho@unifaema.edu.br

Este trabalho propõe uma análise das contribuições de Sigmund Freud e Melanie Klein acerca do luto, destacando as diferenças teóricas entre os autores, mas também ressaltando seus pontos de convergência na compreensão dos processos psíquicos diante da perda. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa de natureza teórica, baseada na revisão de textos clássicos e literatura contemporânea. Partindo do texto “Luto e Melancolia” (1917), Freud descreve o luto como uma reação psíquica normal à perda de um objeto amado. Tal estado se caracteriza por tristeza, desinteresse pelo mundo exterior, perda da capacidade de amar e diminuição da atividade, mantendo-se, contudo, a autoestima preservada. A elaboração do luto ocorre à medida que o ego se desinveste gradativamente do objeto perdido, reconhecendo sua ausência e permitindo a retomada da vida psíquica. Diferentemente, na melancolia, a perda não é plenamente consciente, e o sujeito identifica-se inconscientemente com o objeto perdido, direcionando contra si as críticas e hostilidades que seriam dirigidas ao objeto, o que compromete gravemente a autoestima. Melanie Klein, por sua vez, em “O luto e suas relações com os estados maníaco-depressivos” (1940), desloca a discussão do luto para o campo das experiências infantis e das fantasias inconscientes. Para a autora, o luto não ocorre apenas após perdas reais, mas também como expressão de conflitos psíquicos internos relacionados às posições esquizoparanóide e depressiva. O luto está diretamente ligado à capacidade de reparar o objeto interno danificado e a angústia que emerge da percepção de que sentimentos ambivalentes — amor e ódio — foram dirigidos à mesma figura internalizada. Nesse sentido, Klein amplia a noção de luto, inserindo-o como parte do processo de amadurecimento psíquico desde os primeiros anos de vida. Apesar das divergências metodológicas e teóricas — com Freud centrado na economia libidinal do ego e Klein na constituição do mundo interno —, ambos os autores reconhecem que o luto é uma vivência estruturante da subjetividade, necessária para a reorganização psíquica diante da perda. Freud enfatiza a retirada da libido e o esvaziamento do objeto perdido como formas de superação do luto. Klein, por sua vez, foca na reparação do objeto interno e no desenvolvimento da tolerância à ambivalência afetiva. De acordo com Souza & Pontes (2017) enquanto Freud compreende a melancolia como uma resposta patológica à perda de um objeto amado, Klein apresenta uma nova perspectiva, ao introduzir a ideia de “luto anormal”, relacionado à dificuldade de elaborar experiências primitivas de perda e à permanência da posição depressiva na constituição psíquica do sujeito. As duas abordagens, embora distintas, se complementam na medida em que oferecem diferentes perspectivas para a compreensão clínica do sofrimento humano frente à perda. A articulação entre as concepções freudiana e kleiniana permite ampliar o olhar sobre os processos de luto, seja ele decorrente de perdas concretas ou simbólicas, reforçando sua relevância na clínica contemporânea. Conclui-se que a escuta do sofrimento psíquico, ancorada nessas referências teóricas, possibilita intervenções mais sensíveis e coerentes com a complexidade das experiências humanas de perda.

Palavras-chave: luto. Freud. Klein. melancolia. psicanálise.

Referências

FREUD, Sigmund. **Luto e Melancolia**. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. (Obras completas, 12).

KLEIN, Melanie. **O luto e suas relações com os estados maníaco-depressivos**. In: Amor, culpa e reparação e outros trabalhos (1921-1945). São Paulo: Ubu, 2018. p. 365–382.

SOUZA, Andressa Mayara Silva; PONTES, Sueli Aires. As diversas faces da perda: o luto para a psicanálise. *Analytica: Revista de Psicanálise*, v. 5, n. 9, p. 66–85, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufsj.edu.br/analytica/article/view/1983>. Acesso em: 16 maio. 2025.

ESQUIZOFRENIA FEMININA: ROMPENDO AS BARREIRAS DO ESTIGMA E DA EXCLUSÃO

Katiuscia Carvalho de Santana

Mestre, Docente, Centro Universitário FAEMA - UNIFAEMA,
e-mail: katiuscia.carvalho@unifaema.edu.br

Maria Clara Alves Benedito

Graduanda em Psicologia, Centro Universitário FAEMA - UNIFAEMA,
e-mail: mariaclara.55910@unifaema.edu.br

Nathã Victor de Oliveira Bernardo

Graduando em Psicologia, Centro Universitário FAEMA - UNIFAEMA,
e-mail: natha.44340@unifaema.edu.br

A esquizofrenia é um transtorno mental grave e crônico, caracterizado por alterações cognitivas, afetivas e comportamentais, que afeta aproximadamente 1% da população mundial, comprometendo profundamente a qualidade de vida de quem convive com essa condição. Quando acomete mulheres, esse transtorno revela especificidades importantes, resultado de uma complexa interação entre fatores biológicos, sociais e culturais que modulam sua expressão clínica e o percurso terapêutico. Como ressalta Rennó Jr. (2023), mulheres com esquizofrenia enfrentam maior risco de exclusão social, violência, violação de direitos e descontinuidade do tratamento — aspectos que não apenas agravam o quadro clínico, mas também tornam mais árdua a possibilidade de reinserção social e de reconstrução de projetos de vida. O estigma, ainda fortemente associado à esquizofrenia, compromete de forma significativa o acesso aos serviços de saúde e impacta negativamente a autoestima, a autonomia e o bem-estar dessas mulheres (Vasconcelos et al., 2021). Além do estigma social, que se manifesta em preconceito, discriminação e isolamento, destaca-se o autoestigma: a internalização de crenças negativas sobre si mesma, gerando sentimentos de vergonha, culpa e desesperança, com consequências diretas na adesão ao tratamento e nas possibilidades de recuperação (Silva; Silva; Costa, 2020). Este estudo tem como objetivo analisar o impacto do estigma na vida das mulheres com esquizofrenia, evidenciando seus efeitos sobre o acesso aos serviços de saúde, a adesão terapêutica e a qualidade de vida, bem como apontar caminhos para uma abordagem mais integral e humanizada no cuidado. Trata-se de um estudo qualitativo, fundamentado em revisão bibliográfica narrativa, com levantamento de obras e artigos científicos publicados nos últimos cinco anos. Os resultados indicam que o estigma constitui um dos principais entraves na trajetória terapêutica das mulheres com esquizofrenia, favorecendo o isolamento social, o abandono de projetos pessoais e a fragilização de vínculos afetivos e familiares, além de comprometer a adesão ao tratamento (Vasconcelos et al., 2021). A literatura também evidencia a ausência ou fragilidade de políticas públicas que promovam ações concretas de enfrentamento ao estigma e garantam a integralidade do cuidado, considerando os múltiplos aspectos que atravessam a experiência feminina com o transtorno (Rennó JR., 2023). A Organização Mundial da Saúde (2022) reforça que o enfrentamento do estigma deve ser uma prioridade nas políticas de saúde mental, propondo estratégias que envolvam a educação da sociedade, a formação contínua de profissionais e o fortalecimento de redes de apoio social e comunitário, com especial atenção às necessidades das mulheres. Conclui-se que o estigma relacionado à esquizofrenia é um dos maiores desafios para a promoção da saúde mental e da cidadania das mulheres que convivem com essa realidade. Superar esse obstáculo exige ações interdisciplinares e intersetoriais, orientadas por princípios éticos e humanitários, como a equidade, a integralidade e o respeito aos direitos humanos. Mais do que políticas adequadas, é fundamental assegurar práticas clínicas e sociais que acolham as singularidades de cada mulher,

reconhecendo a complexidade dos determinantes sociais da saúde e as diversas dimensões que constituem a vivência feminina com a esquizofrenia.

Palavras-chave: esquizofrenia. estigma. saúde mental da mulher. exclusão social. políticas públicas.

Referências

BERALDI, Gabriel Henrique; ELKIS, Helio; LOUZÃ, Mario R. **Esquizofrenia na mulher**. In: RENNÓ JUNIOR, Joel (Coord.). Tratado de saúde mental da mulher: uma abordagem multidisciplinar. Barueri: Manole, 2023. cap. 22.

SILVA, M. C.; SILVA, R. F.; COSTA, D. A. Vulnerabilidade social de mulheres com transtornos mentais graves: desafios para o cuidado em saúde mental. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 73, n. 6, p. e20200234, 2020.

VASCONCELOS, E. M. et al. Estigma e autoestima na esquizofrenia: implicações para o cuidado. **Saúde em Debate**, v. 45, n. 128, p. 526-536, 2021.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. World Mental Health Report: Transforming Mental Health for All. Geneva: **WHO**; 2022. ISBN 978-92-4-0049338.

DERMATITE ATÓPICA E SOFRIMENTO PSICOLÓGICO: O IMPACTO DO ESTIGMA E A IMPORTÂNCIA DO CUIDADO EMOCIONAL

Naíza Carolina Faria Dos Santos

Graduanda em Psicologia, Centro Universitário FAEMA - UNIFAEMA,
e-mail: naiza.44157@unifaema.edu.br

Katiuscia Carvalho de Santana

Mestre, Docente Centro Universitário FAEMA - UNIFAEMA,
e-mail: katiuscia.carvalho@unifaema.edu.br

A dermatite atópica (DA) é uma condição dermatológica crônica caracterizada por lesões cutâneas, coceira intensa, ressecamento e vermelhidão, com impacto significativo na saúde mental dos pacientes. Embora sua manifestação seja predominantemente física, a doença pode resultar em estigmatização social, afetando a autoestima e gerando preconceito e exclusão. O objetivo desta exploração teórica é abordar a dermatite atópica sob a perspectiva psicológica, destacando o impacto da estigmatização e a importância da psicologia no manejo dos aspectos emocionais e sociais da doença. A metodologia adotada é de natureza descritiva e exploratória, com revisão bibliográfica de fontes científicas que discutem a relação entre a DA, os fatores psicossociais e as intervenções psicológicas. Estudos recentes demonstram que a dermatite atópica está fortemente associada a fatores emocionais, sendo comum a presença de sintomas como ansiedade, depressão e estresse crônico entre os pacientes. Essas manifestações estão frequentemente ligadas à gravidade das lesões e à experiência de estigmatização social, o que contribui para um ciclo de sofrimento psíquico e agravamento clínico (Souza et al., 2024). Essa relação é explicada pela psiconeuroimunologia, que investiga como o estresse crônico pode afetar o sistema imunológico e agravar condições inflamatórias da pele (Demetriou et al., 2024). A teoria do estresse de Lazarus e Folkman (1984) também contribui para essa compreensão, ao considerar o estresse como uma resposta mediada pela avaliação cognitiva do indivíduo frente às demandas externas. Os resultados indicam que o estigma associado à aparência visivelmente afetada da pele intensifica os sintomas da doença, criando um ciclo de sofrimento psicológico que pode incluir baixa autoestima, isolamento social e ruptura do cotidiano (Ferreira, 2021). A psicologia desempenha um papel crucial na melhoria da qualidade de vida dos pacientes com dermatite atópica, ajudando-os a lidar com os aspectos emocionais da doença. Matos Andrade e Pereira da Silva-Ferraz (2025) apontam que o estresse e os fatores psicológicos têm um impacto significativo no bem-estar de pessoas com dermatites, e é fundamental reconhecer essas variáveis como fatores de risco e proteção para o adoecimento físico e mental. A discussão enfatiza que o tratamento da dermatite atópica deve ser integrado, abordando tanto os sintomas físicos quanto as consequências emocionais. Intervenções psicológicas eficazes podem mitigar o sofrimento mental e favorecer a aceitação social, enquanto ações de conscientização pública contribuem para a diminuição do preconceito. Conclui-se que o manejo da dermatite atópica exige uma abordagem multidisciplinar que contemple dimensões clínicas e psicológicas, promovendo o cuidado integral e a valorização da saúde mental como componente essencial da qualidade de vida.

Palavras-chave: dermatite atópica; estigma; saúde mental; psicologia; qualidade de vida.

Referências

ANDRADE, João Antônio Matos; SILVA-FERRAZ, Brenda Fernanda Pereira da. Saúde mental e estresse em pessoas com dermatite atópica e seborreica: uma revisão de escopo.

Psicologia Argumento, [S. l.], v. 43, n. 120, 2025. DOI: 10.7213/psicolargum.43.120.AO12. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/psicologiaargumento/article/view/32103>. Acesso em: 25 maio. 2025.

DEMETRIOU, Alexandros et al. Psychoneuroimmunology: when immunity meets behavioural aspects in an allergic context. *Médecine/Sciences*, v. 40, n. 6-7, p. 587–589, 2024.

FERREIRA, Ana Filipa Rodrigues Iglésias. **Dermatite atópica**: impacto na qualidade de vida. 2021. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica e da Saúde) – Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade do Porto, Porto, 2021.

LAZARUS, Richard S.; FOLKMAN, Susan. **Estresse, avaliação e enfrentamento**. Editora Springer, 1984.

SOUZA, Lúcia Helena Conte et al. A Influência mútua da saúde mental na dermatite atópica: uma revisão da literatura. *Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences*, v. 6, n. 12, p. 670–683, 2024. DOI: 10.36557/2674-8169.2024v6n12p670-683. Disponível em: <https://bjih.emnuvens.com.br/bjih/article/view/4652>. Acesso em: 15 maio. 2025.

WHO. **Classificação de Transtornos Mentais e de Comportamento da CID-10**. Artmed Editora, 2020.

OS IMPACTOS DA ADULTIZAÇÃO PRECOCE NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

Maria Clara Alves Benedito

Graduando em Psicologia, Centro Universitário FAEMA - UNIFAEMA,
e-mail: mariaclara.55910@unifaema.edu.br

Sthephannye Feitosa Massarute Ferreira

Graduando em Psicologia, Centro Universitário FAEMA - UNIFAEMA,
e-mail sthephannye.56370@unifaema.edu.br

Katiuscia Carvalho de Santana

Mestre, Docente, Centro Universitário FAEMA - UNIFAEMA,
e-mail: katiuscia.carvalho@unifaema.edu.br

A adultização precoce é um fenômeno cada vez mais presente na sociedade contemporânea, marcado pela antecipação de responsabilidades, padrões estéticos e comportamentais impostos a crianças e adolescentes antes do tempo adequado ao seu desenvolvimento. Trata-se de um processo sutil, muitas vezes naturalizado, mas que pode acarretar prejuízos emocionais, cognitivos e sociais significativos, como ansiedade, baixa autoestima, dificuldades de socialização e construção da identidade. Este estudo, de caráter bibliográfico, fundamenta-se na análise de publicações acadêmicas e científicas que abordam temas como adultização, sexualização infantil e influência midiática sobre a infância. Parte-se do pressuposto de que a mídia e a cultura de consumo, ao promoverem modelos idealizados e precoces de vida adulta, contribuem para o esvaziamento simbólico da infância, especialmente quando há ausência de mediação crítica por parte da família, da escola e das políticas públicas. Conforme apontam Sampaio e Silva (2019), os discursos midiáticos contemporâneos contribuem para a construção de representações idealizadas de infância e adolescência, muitas vezes ancoradas em padrões de consumo, erotização e adultização precoce, o que reforça a importância de uma educação crítica frente aos meios de comunicação. Com base em autores como Sarmento (2002), Ariès (1981) e Sousa, Fernandes e Barroso (2006), evidencia-se que a exposição desregulada a conteúdos midiáticos pode comprometer o desenvolvimento psíquico e afetivo, sobretudo em contextos marcados por vulnerabilidade social e falta de orientação. Destaca-se ainda a necessidade urgente de ações intersetoriais que promovam a valorização da infância, com estratégias de proteção que incluam a alfabetização midiática, o fortalecimento de vínculos afetivos e o acesso a uma educação integral e crítica. Além disso, é fundamental refletir sobre os impactos a longo prazo desse processo, visto que a adultização precoce pode interferir na construção da autonomia, nos projetos de vida e na formação ética dos indivíduos. O enfrentamento desse fenômeno demanda uma mobilização social que ultrapasse o campo educacional, envolvendo políticas públicas efetivas de proteção à infância, campanhas de conscientização social e investimento contínuo em formação docente para lidar com os desafios da contemporaneidade. Assim, o enfrentamento da adultização precoce exige uma atuação conjunta e articulada entre família, escola, mídia e Estado, garantindo às crianças e adolescentes o direito de viver plenamente sua infância.

Palavras-chave: adultização; mídia; sociedade; infância; sexualização.

Referências

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. **O brincar e suas teorias**. São Paulo: Pioneira, 1994.

SARMENTO, Manuel Jacinto. As culturas da infância nas sociedades contemporâneas: da “invisibilidade” à “pedagogização”. **Revista Brasileira de Educação**, n. 19, p. 35-47, jan./abr. 2002.

SAMPAIO, Helena; SILVA, Adriano Messias da. **Infância e mídia**: consumo, representação e discursos contemporâneos. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

SOUSA, Leilane Barbosa de; FERNANDES, Janaína Francisca Pinto; BARROSO, Maria Grasiela Teixeira. Sexualidade na adolescência: análise da influência de fatores culturais presentes no contexto familiar. **Acta Paulista de Enfermagem**, São Paulo, v. 19, n. 4, p. 452–457, dez. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ape/a/jK9VH7YRTLwLKxN8hQF4d7n/>. Acesso em: 29 maio 2025.

A APRENDIZAGEM NA PSICOPEDAGOGIA SOB O OLHAR DA PSICANÁLISE DE MELANIE KLEIN

Marcos Gabriel Rodrigues de Souza

Graduando em Psicologia, Centro Universitário FAEMA - UNIFAEMA,

e-mail: marcos.s.souzaapps@gmail.com

Katiuscia Carvalho de Santana

Mestre, Centro Universitário FAEMA - UNIFAEMA,

e-mail: katiuscia.carvalho@unifaema.edu.br

Este trabalho tem como objetivo trazer uma reflexão sobre o processo de aprendizagem a partir do olhar da psicanálise de Melanie Klein sobre a psicopedagogia. A psicopedagogia compreende os fenômenos da aprendizagem em um sentido amplo e complexo, que envolve diversos aspectos cognitivos, afetivos, sociais e inconscientes. Não se trata apenas de modelos que despejam conteúdos sobre os alunos, mas sim de uma construção de conhecimento em sua totalidade, de maneira que considere os alunos em sua singularidade. Nesse sentido, a psicanálise de Melanie Klein oferece uma importante contribuição para compreender que a aprendizagem pode ser afetada por conflitos emocionais profundos. Segundo Klein, as primeiras experiências de uma criança, especialmente com a mãe, influenciam diretamente na formação de seu mundo interno e externo. Sendo assim, essa primeira relação impacta sua capacidade de simbolizar, de lidar com as frustrações e de estabelecer vínculos com o saber. A autora introduz os conceitos de posição esquizoparanóide e posição depressiva como fases do desenvolvimento emocional que, se mal elaboradas, são capazes de criar bloqueios na aprendizagem. Nessa hipótese, a presença de angústias, medos, inseguranças ou experiências traumáticas pode se manifestar no ambiente escolar por meio de dificuldades cognitivas, sociais e comportamentais. Dessa forma, integrar o olhar psicanalítico com a psicopedagogia permite uma observação mais sensível e profunda do sujeito. Com isso, essa união amplia a compreensão das dificuldades escolares, promovendo intervenções que vão além da repetição de conteúdos, considerando os aspectos emocionais e inconscientes que interferem no ato de aprender. À vista disso, o processo educativo torna-se mais humano e respeitoso à complexidade do ser. Portanto, este resumo propõe que o educador, ao se aproximar da escuta psicanalítica, torne-se mais sensível ao sofrimento emocional dos alunos, podendo acolhê-los de forma mais ética e eficaz. O trabalho não propõe que o professor se torne psicanalista, mas que ele possa se beneficiar da teoria para criar um ambiente de aprendizagem mais compreensivo, respeitoso e transformador.

Palavras-chave: aprendizagem; psicopedagogia; psicanálise; Melanie Klein; emoções.

Referências

ALMEIDA, Alexandre Patrício de. **Psicanálise e educação escolar:** contribuições de Melanie Klein. 2011. 112 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.

ALMEIDA, Alexandre Patrício de. Melanie Klein e o processo de formação dos símbolos: revisitando o caso Dick. **Estilos da Clínica**. São Paulo, v. 25, n. 3, p. 552–567, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/estic/article/view/169734>. Acesso em: 19 maio 2025.

TAVARES, Ana Cecília de Oliveira; OLIVEIRA, Cláudia França. Educação e psicanálise: observações sobre técnicas no atendimento às crianças em ambiente educacional, segundo

Melanie Klein e Donald Winnicott. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**, v. 6, n. 11, p. 61–76, nov. 2023. Disponível em: <https://revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/712>. Acesso em: 19 maio 2025.

A INFLUÊNCIA DO VÍNCULO FAMILIAR NA APRENDIZAGEM SOB A PERSPECTIVA DA PSICOLOGIA

Eveline Gonçalves de Sousa

Acadêmica de Psicologia, Centro Universitário FAEMA - UNIFAEMA,
e-mail: eveline.44039@unifaema.edu.br

Rebeca Jacobsen

Acadêmica de Psicologia, Centro Universitário FAEMA - UNIFAEMA,
e-mail: rebeca.52800@unifaema.edu.br

Katiuscia Carvalho de Santana

Mestre, Docente Psicologia, Centro Universitário FAEMA - UNIFAEMA,
e-mail: Katiuscia.carvalho@unifaema.edu.br

A aprendizagem é um processo dinâmico e complexo, que envolve várias dimensões, dentre elas a afetiva e a social. O presente resumo tem como objetivo analisar a influência da afetividade no processo de aprendizagem, à luz das teorias psicogenéticas de Jean Piaget. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica qualitativa, com análise de publicações recentes sobre o tema. Investiga-se como o ambiente familiar, em especial as relações afetivas estabelecidas no meio, podem ir a favor ou contra o desenvolvimento cognitivo e emocional da criança. Além disso, discute-se qual a importância da afetividade, da interação e da motivação, de modo que evidencie os fatores emocionais e os processos de aprendizagem. O ambiente em que a criança está inserida é um dos principais fatores que influenciam na sua autoestima, na sua motivação e na capacidade de aprender (Lira, 2021). O meio familiar é o primeiro meio social que a criança vive, um ambiente saudável, onde tem afeto, segurança e autonomia, tende a favorecer a aprendizagem e o desenvolvimento. Ao contrário disso, a negligência afetiva e a ausência de diálogo podem comprometer o engajamento escolar. Jean Piaget reconhece que a afetividade não altera diretamente a capacidade cognitiva, mas ela fornece a energia necessária para o funcionamento da inteligência. Ele afirma que o interesse e o prazer ao aprender são fundamentais no engajamento das crianças com as tarefas escolares. Silva et al. (2021) a aprendizagem está enraizada na afetividade, uma vez que a aprendizagem ocorre por meio das interações sociais, um processo vincular. Assim, um vínculo familiar que favoreça a curiosidade e estimule a resolução de problemas contribui para a aprendizagem significativa. Segundo Lira (2021) reconhecer a importância do vínculo familiar no processo de aprendizagem impõe aos educadores o desafio de promover uma maior aproximação com as famílias; projetos que envolvem os pais ou responsáveis, assim como o acolhimento das histórias e contextos familiares dos alunos, podem contribuir significativamente para o engajamento escolar. Além disso, professores atentos às manifestações afetivas de seus alunos tendem a adaptar estratégias de ensino mais eficazes, que valorizem o contexto emocional e social de cada criança, de forma a transmitir confiança e encorajamento, assim fortalecendo os diálogos e a autoestima dos alunos (Lira, 2021). Conclui-se que professores atentos às manifestações afetivas de seus alunos tendem a adotar estratégias de ensino mais eficazes, valorizando o contexto emocional e social de cada criança, transmitindo confiança e encorajamento, o que fortalece os diálogos, a autoestima e potencializa o processo de aprendizagem.

Palavras-chave: afetividade; aprendizagem; desenvolvimento infantil; vínculo familiar.

Referências

LIRA, Jóckisan **A influência da afetividade no processo de aprendizagem segundo as teorias psicogenéticas**. 1. ed. Curitiba: Caderno Intersaberes, 2021.

SILVA, Bruna Gabriel da et al. Afetividade e processo de ensino-aprendizagem: contribuições de Henri Wallon à prática pedagógica. 1. ed. Suzano: **Revista Interfaces**, 2021.



EDITORA
UNIFAEMA

FALE CONOSCO

Coordenação de Extensão: extensao@unifaema.edu.br

Pró-reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão: propex@unifaema.edu.br

Editora Unifaema: editora@unifaema.edu.br

Avenida Machadinho, 4349, Área de Expansão Urbana (Setor 06), Ariquemes - RO,

CEP: 76873-630

(69) 3536.6600 | www.unifaema.edu.br

